

**Geografia e Patrimônio: a geopolítica dos países africanos
de língua oficial portuguesa**

Dirceu Cadena de Melo Filho

Pesquisa desenvolvida no âmbito da 1ª
Chamada Pública de Pesquisas do Centro
Lucio Costa/CLC-IPHAN, Centro de
Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO.

**Rio de Janeiro
2017**

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo analisar a inserção dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) no processo global de patrimonialização através da compreensão das ações e normas desenvolvidas pelas instituições envolvidas. O trabalho busca utilizar um referencial teórico da geografia política e, em específico, da geopolítica crítica, para pensar as ações desenvolvidas por instituições variadas em diversas escalas. A principal questão a ser respondida é como as organizações internacionais e regionais atuam nas políticas patrimoniais e, por consequência, na formação territorial destes países? Para isto, realizo um sobrevoo sobre a produção da geografia em relação ao patrimônio, em seguida analiso a atuação da UNESCO na formação destes países através das missões técnicas desenvolvidas no território dos PALOP. Em busca de compreender as instituições regionais, observo o papel dos Centros de Categoria 2 e de ONG's na produção de ações relativas ao patrimônio. Por fim, comparo as legislações nacionais de cada país do grupo para pensar as diferenças e semelhanças entre eles na produção do patrimônio. A proposta é compreender como estas diversas instituições atuam na produção do patrimônio dos PALOP e por consequência criam uma maneira de pensar e de agir sobre o território destes países.

Palavras-chave: PALOP; Missões da UNESCO; Centro de Categoria 2; Geopolítica; Patrimônio

Abstract:

This study aims to analyze the insertion of the Portuguese-speaking African countries (PALOP) in the global patrimonialization process by understanding the actions and guidelines developed by the institutions. The work seeks to use a theoretical framework of political geography and, in particular, the critical geopolitical to think about the actions taken by various institutions in different scales. The main question to be answered is how the international and regional organizations working in heritage policies and, consequently, on the territorial formation of these countries? For this, I realize a overflight on the geography production in relation to heritage, then i analyze the UNESCO role in the formation of these countries through studinh the technical missions developed in the PALOP territory. Seeking to understand the regional institutions, i observe the role of Category 2 centers and NGOs in the production of actions related to heritage. Finally, i compare the national laws of each country oof the group to think the differences and similarities between them in the production of heritage policies. The proposal is to understand how these various institutions operating in the production of PALOP heritage create a way of thinking and act on the territory of these countries.

Keywords: PALOP; UNESCO's Missions; Category 2 Centres; Geopolitics; Heritage

ÍNDICE DE FIGURAS

Mapa 1 Bens inscritos na WHL em 2015 e as regiões da UNESCO	9
Mapa 2: Regiões dos PALOP a partir do Patrimônio Mundial.....	45
Mapa 3: Regiões de abrangência da EPA e do CHDA	55

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Missões da UNESCO realizadas nos territórios dos PALOP em relação ao patrimônio cultural	32
Tabela 2: Região do Sudeste Africano na política de patrimônio global.....	46
Tabela 3: Região da África do Oeste na política de patrimônio global	47
Tabela 4: Região centro-sul Africano na política de patrimônio global	48
Tabela 5: Região do Golfo da Guiné na política de patrimônio global	48
Tabela 6: Centros de Categoria 2 da UNESCO vinculados ao patrimônio mundial	51
Tabela 7: Ações da École du Patrimoine Africain nos PALOP	57
Tabela 8: Quadro comparativo das legislações de proteção do patrimônio dos PALOP	68

LISTA DE SIGLAS

AECID - *Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo*

AGB - Associação de Geógrafos Brasileiros

AWHF - *African World Heritage Fund*

C2C - Centros de Categoria 2 da UNESCO

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEDA0 - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CHDA - *Centre for Heritage Development in Africa*

CLC - Centro Lúcio Costa

CRATERRE-EAG - *Centre international de la construction en terre*

EPA – *École du Patrimoine African*

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ICCROM - *Centre for the Study of Preservation and Restoration of Cultural Property*

ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites*

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IUCN - *The International Union for Conservation of Nature*

MpD - Movimento para a Democracia

NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGCV - Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

RBG – Revista Brasileira de Geografia

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

WHC - *World Heritage Centre*

WHL – Lista do Patrimônio Mundial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 - GEOGRAFIA E PATRIMÔNIO: DO ESQUECIMENTO A CELEBRAÇÃO	13
1.1 - Um sobrevoo na produção geográfica sobre patrimônio.....	14
1.2 - Geopolítica Crítica: Uma proposta para pensar geografia e patrimônio.	26
CAPÍTULO 2 - A UNESCO NO TERRITÓRIO DOS PALOP	30
2.1 - Missões da UNESCO aos PALOP: a formação do território pelas viagens do patrimônio.....	30
CAPÍTULO 3 - ATORES REGIONAIS DO PATRIMÔNIO MUNDIAL NOS PALOP	43
3.1 - Regiões da África no Patrimônio Mundial: Um olhar a partir dos PALOP ..	44
3.2 - Atores regionais na política de patrimônio mundial: Os C2C e os PALOP ..	48
3.3 - Outros atores regionais na política de patrimônio mundial da África: <i>l'École du Patrimoine African</i> (EPA) e <i>Centre for Heritage Development in Africa</i> (CHDA)	54
3.4 - Moçambique e o programa <i>AFRICA 2009</i>	59
CAPÍTULO 4 - AS POLÍTICAS NACIONAIS DE PATRIMÔNIO DOS PALOP.	62
4.1 - O Patrimônio nas Constituições dos PALOP	62
4.2 - As leis de proteção do patrimônio cultural dos PALOP	65
CONCLUSÃO.....	71
BIBLIOGRAFIA	75

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta os resultados alcançados pelo projeto submetido à 1ª Chamada Pública de Pesquisas do Centro Lúcio Costa, que teve como objetivo analisar a inserção dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) no processo global de patrimonialização através da compreensão das ações e normas desenvolvidas pelas instituições envolvidas.

A temática do patrimônio interessa diversos campos acadêmicos, como pode ser constatado pelo grande número de revistas, congressos e projetos de pesquisas desenvolvidos sobre o assunto. Numa abordagem ocidental, a categoria do patrimônio é tradicionalmente considerada como forma de estabelecer uma “comunidade imaginada” (Anderson, 2008), contribuindo com a unidade e formação do território nacional. Nesta tradição, a França revolucionária é tratada como local de origem da preocupação em preservar um passado específico a partir do estabelecimento de normas de preservação de seus monumentos históricos (Choay, 2006).

Porém, em um período marcado pelo surgimento de agências internacionais de regulamentação e pelo estabelecimento de selos de qualidade patrimoniais em um mundo cada vez mais interligado, como a preservação de elementos do passado é utilizada na formação territorial dos países? É possível considerar que o patrimônio mundial, criado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1972 através da *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (Convenção), influencia a formação territorial dos atuais Estados?

Reflexões a partir dos efeitos das normas da UNESCO nos regimes nacionais de patrimônio já foram realizadas em relação a França no trabalho de Bortolotto (2012) e sobre a Itália no texto de Broccolini (2012). Ambas as autoras, apoiadas no método etnográfico, analisaram a construção do inventário do patrimônio imaterial destes países e concluíram que os padrões internacionais não impõem às normas nacionais uma homogeneização dos procedimentos e critérios de proteção. Para elas, a soberania daqueles países não foi afetada e a construção do patrimônio nacional foi o resultado de fricções estabelecidas entre as diversas escalas políticas atuantes na temática.

Porém, se as convenções internacionais de proteção do patrimônio cultural e imaterial não transformam os regimes estatais de países hegemônicos na política da UNESCO e, de certa forma, fundadores das noções de patrimônio adotadas, talvez não seja possível considerar o mesmo em relação a Estados recém-formados e localizados em regiões periféricas do globo. Desta forma, como a existência de uma organização internacional influencia as políticas patrimoniais e, por consequência, a formação territorial destes países?

Esta questão pode ser pensada em relação aos países que compõem o PALOP, grupo de Estados localizados na África e independentes de Portugal ao longo da década de 1970. Formado¹ por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, este grupo de Estados compõem uma região importante para a história mundial por terem sido territórios coloniais portugueses que exerciam a função de porto de apoio para alcançar as Índias orientais, abasteciam o império com mão de obra escrava e elementos de subsistência para as explorações (alimentação, água, local para descanso, etc.) e, no início do século XX, forneciam recursos naturais e mão de obra barata para a produção industrial portuguesa.

Em função do longo período de ocupação e de sua posição geográfica esses países têm alguns pontos em comum: o português é o idioma oficial; vilas e cidades apresentam a influência arquitetônica e urbanísticas lusitanas; com pequenas diferenças entre eles, estes países apresentam um período de luta pela independência política iniciado na década de 1960, e heróis nacionais foram construídos para glorificar os processos de independência destes Estados. Além disto, eles compartilham também uma forte identidade cultural, uma tradição baseada nas trocas de mercadorias, no ativismo político e nos costumes culturais (Garcia, 2008 e Coutinho, 2008).

Outra característica dos países que compõem o PALOP é sua pequena relevância na Lista do Patrimônio Mundial (WHL), bem como na estrutura burocrática da UNESCO. Após mais de trinta anos da ratificação da Convenção pelo primeiro país do grupo², apenas Cabo Verde e Moçambique contam com um bem inscrito na WHL. Apesar de Angola e Guiné-Bissau terem recebido auxílios do Fundo do Patrimônio

1 Países como Timor – Leste e Guiné Equatorial também reconhecem a língua portuguesa como idioma oficial, porém não integram institucionalmente o grupo do PALOP.

2 Moçambique foi o primeiro país do PALOP a ratificar a Convenção em 1982, seguido por Cabo Verde (1988), Angola (1991), Guiné-Bissau (2006) e São Tomé e Príncipe (2006).

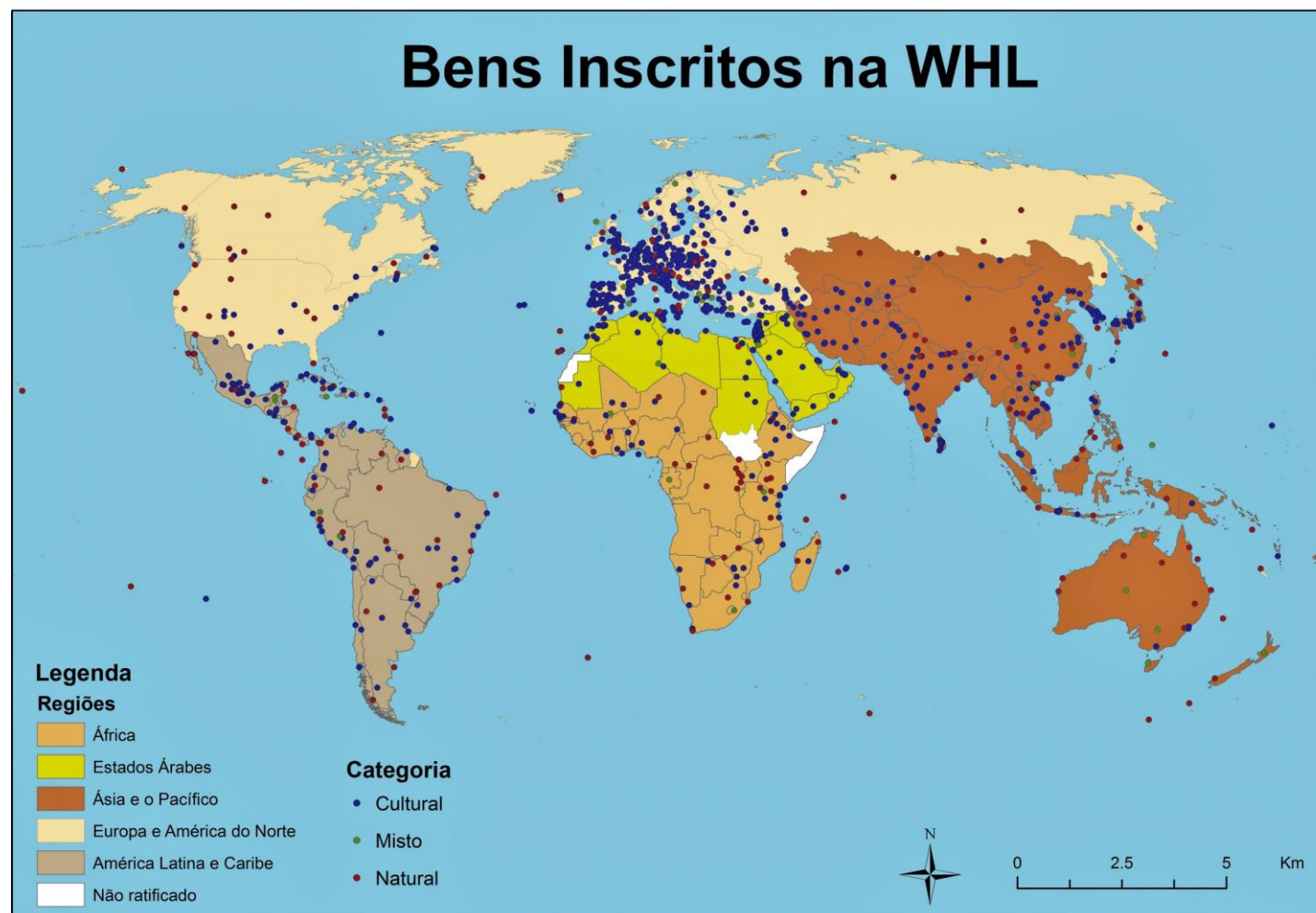
Mundial para preparação de dossiês³, eles ainda não inscreveram bens na WHL. Já São Tomé e Príncipe não conta sequer com uma Lista Indicativa formada.

Diante destes aspectos, a proposta do trabalho é pensar o estabelecimento das políticas patrimoniais como um caminho para formar o território destes países a partir da criação de uma unidade nacional e valorização de suas identidades. Apesar de trabalhos em outras áreas mostrarem como a formação política do patrimônio estabeleceu uma identidade nacional vinculada ao território de forma concomitante com construção da burocracia governamental pautada na rotinização das práticas (Gonçalves, 1996 e Chuva, 2006), tradicionalmente os estudos geográficos não se preocuparam em associar o patrimônio a uma maneira de controle e formação territorial, estando mais preocupados com os impactos locais gerados pelo efeito da patrimonialização. Como apresentarei mais a frente, as preocupações geográficas que consideram o patrimônio como um fator de transformação sócio-espacial surgem na agenda de pesquisa desta disciplina de forma efetiva após a década de 2000 e destacam as transformações causadas pelo reconhecimento de uma narrativa específica.

Como considero que o patrimônio representa a formação de uma burocracia que se materializa em instituições (a sede de um instituto e seus anexos, os escritórios especializados), em indivíduos (funcionários, especialistas, diplomatas, etc.) e nas ações desenvolvidas (missões, seminários, projetos de restauração, reuniões, etc.) (Berliner e Bortolotto, 2013) e que essa burocracia se espacializa no processo de estabelecimento dos territórios nacionais através do reconhecimento de um discurso específico que no caso do patrimônio mundial é expresso pela Lista do Patrimônio Mundial (WHL) (MAPA 1), considero que a questão pode ser abordada a partir do pensamento geopolítico americano, chamado de geopolítica crítica.

³ De acordo com informações disponíveis em <http://whc.unesco.org/>

Mapa 1 Bens inscritos na WHL em 2015 e as regiões da UNESCO



Fonte: Produzido pelo autor, com base nas informações coletadas em <http://whc.unesco.org/>

A geopolítica crítica surge como forma de superar as abordagens excepcionalistas e classificadas como deterministas da geopolítica clássica ao propor a contestação das ações engendradas pelas burocracias governamentais em determinadas regiões do globo através da análise dos discursos produzidos pelos detentores do poder político. Nesta abordagem, a compreensão do território passa, também, pelo entendimento das maneiras como determinado território é categorizado globalmente e nacionalmente através das relações entre as instituições atuantes em escalas variadas (Ó Tuathail e Agnew, 1992).

Este é o contexto geral em que será desenvolvido o trabalho que está organizado da seguinte maneira: Na primeira parte, realizo um sobrevoo das abordagens geográficas em relação ao patrimônio, em busca de identificar quais os principais elementos associados, as escalas de análises, os referências teóricas e os métodos de análise utilizados pelos geógrafos quando se aborda o campo do patrimônio. Apesar de atualmente celebrado, o tema foi, de certa maneira, deixado de lado nos estudos geográficos desenvolvidos ao longo dos anos, surgindo apenas a partir das modificações conceituais no próprio campo patrimonial após os anos 2000. Em função destas mudanças, a abordagem dos geógrafos sobre o patrimônio passou de uma fase de esquecimento para um momento de celebração. Para a realização desta discussão priorizei os trabalhos publicados em artigos de revistas brasileiras na área de geografia. Levantei a produção desenvolvida na Revista Brasileira de Geografia⁴ (RBG) em relação a temática do patrimônio e nas revistas brasileiras vinculadas aos programas de pós-graduação em geografia reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior⁵ (CAPES). A primeira revista, publicada regularmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas⁶ (IBGE) entre 1939 e 1996, abordou uma

4 A Revista Brasileira de Geografia é uma publicação trimestral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Publicada ininterruptamente entre 1939 e 1996 e com três volumes lançados em 2005 e 2006, volta a ser publicada a partir de 2016. A revista destina-se à divulgação de pesquisas de geografia e ciências que abordem a dimensão espacial de processos naturais e sociais. Pode ser considerada o principal meio de divulgação dos trabalhos geográficos desenvolvidos no início da institucionalização da disciplina no Brasil, recebendo contribuições de geógrafos nacionais e internacionais. A Revista pode ser consultada no endereço <http://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/index>.

5 A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. É a instituição responsável pela avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior, promoção da cooperação científica internacional, entre outras atividades.

6 O IBGE é o resultado da união do Instituto Nacional de Estatística (INE) com o Conselho Nacional de Geografia (CNG), tendo obtido essa organização em 1936. É o órgão brasileiro responsável pela produção

variedade de temas e escolas geográficas, representando formas de pensar a disciplina no Brasil ao longo das décadas. Já o segundo grupo de revistas representa a produção contemporânea da geografia brasileira, realizada sobretudo nos programas de pós-graduação nacionais.

Considero que a escolha destas fontes me possibilita definir alguns limites da ciência geográfica, sem criar fronteiras intransponíveis onde cada campo seria detentor de um método, um objeto e uma escala de análise específica. Como as publicações são destinadas a produção de debates e reflexões geográficas, reconheço que os textos presentes nestas revistas de pesquisadores formados em outras áreas são trabalhos onde o patrimônio é considerado como um fator de transformação sócio-espacial. Da mesma forma, reconheço também a existência de trabalhos sobre a temática do patrimônio desenvolvidos em outras áreas, mas que apresentam uma forte intersecção com conceitos geográficos. Ao final desta primeira parte procuro também propor um caminho para pensar as relações entre geografia e patrimônio, considerando a formação das estruturas burocráticas para além do Estado-Nação, mas articulada a uma constelação de atores regionais e internacionais que formam uma “*global-politique*” (Abéles, 2008 e 2011) do patrimônio.

Na segunda parte do trabalho apresento como a UNESCO atuou no território dos PALOP através da realização das missões do patrimônio ocorridas ao longo da década de 1980. Observo a instituição não como uma entidade abstrata, mas a partir do conjunto de atividades que ela executa, produzindo um efeito direto sobre o território dos países que são signatários de suas convenções ou que solicitam missões de assistência. Procuro mostrar como essas missões estão organizadas em três grupos distintos que constroem formas de pensar o território dos países ao mesmo tempo em estabelecem parâmetros institucionais a serem seguidos pelos países recém-independentes, auxiliando na construção de suas burocracias e, conseqüentemente, na formação territorial.

Na terceira parte do trabalho, contextualizo como a UNESCO estabeleceu uma rede de instituições atuantes na implantação das políticas de patrimônio mundial na escala regional e contribuiu para a produção de novas regiões no continente africano.

de dados estatísticos e geográficos. Tem como missão a identificação e caracterização do território nacional, estando ligado hierarquicamente ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Neste sentido, analiso a atuação dos Centros de Categoria 2 da UNESCO e de ONG's como a *École du Patrimoine African* e o *Centre for Heritage Development in Africa*, compreendendo que estes atores representam uma descentralização das ações do patrimônio mundial que complexificam o contexto geopolítico em que estão presentes os PALOP.

Na quarta parte analiso as normas de patrimônio existentes no PALOP, observando a presença da categoria nas constituições vigentes e nas leis bases de proteção do patrimônio nacional⁷. Considero que estas leis fazem parte da sociedade política dos PALOP e representam um controle e delimitação do tema patrimonial pelo discurso dominante do Estado (Chuva, 2009) e busco situar na história e na geografia estas manifestações das sociedades políticas lusófonas na África. A ideia geral desta parte do trabalho é tentar pensar nos pontos em comum e nas diferenças existentes nas políticas de patrimônio nacional destes países, considerando que a comparação busca revelar justamente regularidades e exceções - recorrências, diferenças ou anomalias - capazes de ampliar a compreensão global das manifestações de um determinado fenômeno (Badie, 1998).

Não é esperado aqui esgotar o tema das relações entre as instituições envolvidas com a construção do patrimônio do PALOP, tão pouco espero apresentar um trabalho sobre a formação territorial dos países do grupo (o que exigiria trabalhos específicos sobre cada país de maneira individualizada). Espero, porém, deixar outras questões para trabalhos futuros e apresentar possibilidades de compreensão da formação destes países, bem como discutir caminhos para abordar o patrimônio a partir de uma perspectiva espacial em relação a países periféricos.

⁷ Através de contato realizado via e-mail com a senhora Djamilia Gomes, arquiteta da secretária de Estado para Ordenamento do Território de Guiné-Bissau, foi constatado a ausência de uma lei base do patrimônio neste país, ficando a análise restrita aos outros países do grupo.

CAPÍTULO 1 - GEOGRAFIA E PATRIMÔNIO: DO ESQUECIMENTO A CELEBRAÇÃO

Como o objetivo desta pesquisa é analisar a partir de uma abordagem espacial a inserção dos PALOP no processo global de patrimonialização através da compreensão das ações desenvolvidas pelas instituições de patrimônio, dois grupos temáticos podem ser abordados.

O primeiro grupo está relacionado as análises desenvolvidas pela geografia sobre as políticas de patrimônio. A temática do patrimônio interessa diversas áreas acadêmicas, contudo a abordagem dos geógrafos sobre o tema ainda ocorre de forma tímida, tanto de uma maneira prática através das instituições responsáveis pela execução destas políticas, quanto em relação a produção científica dos próprios geógrafos. Diante desta ausência, procuro produzir um sobrevoo sobre os principais temas, conceitos, objetos e escalas de análise utilizados nos estudos geográficos em relação ao patrimônio. Será visto que apesar de alguns trabalhos recentes a grande parte dos estudos em geografia realizados no Brasil abordam o patrimônio a partir do turismo, utilizando referenciais teóricos da geografia marxista e cultural para pensar fenômenos ocorridos na escala local. Desta forma, ficam quase que ausentes as análises com referenciais da geografia política, que tratam das transformações territoriais em função da patrimonialização ou abordem o papel das instituições produtoras de diferenças espaciais nas escalas regionais ou globais.

O segundo grupo de discussão bibliográfica procurou aprofundar a temática da geopolítica crítica americana, opção teórica com que desenvolverei o restante do trabalho. Apesar da longa história da geopolítica, com escolas e representantes diversos, poucos estudos abordaram aspectos considerados “culturais” como um meio de transformação das relações de poder globais⁸. A partir da discussão desenvolvida, será apresentado que, apesar desta corrente propor uma renovação do pensamento político tradicional, o patrimônio e suas instituições ainda não foram considerados como um fator significativo para a formação simbólica e material dos territórios. Neste sentido, ao final do texto proponho abordar o patrimônio em função das transformações territoriais produzidas em associação com as relações de poder internacionais.

8 O trabalho de Novaes (2010) pode ser considerado uma exceção ao analisar o papel das imagens na geopolítica sul-americana.

É importante deixar claro que não recontarei toda a história da geopolítica, já abordada em outros trabalhos (Cf. Ó Tuathail, 1996 e Costa, 2013). Também é importante apontar a existência de outras correntes e produções da geopolítica, como a geopolítica francesa produzida a partir dos textos de Yves Lacoste e das publicações da revista *Heródote*. A proposta aqui, porém, é de simplesmente apresentar uma vertente da geopolítica que, influenciada pelo pensamento pós-colonial, analisa a transformação de territórios a partir das ideias, representações e ações produzidas globalmente.

Esta parte do trabalho tem um duplo objetivo específico: 1º) apresentar para os interessados na temática do patrimônio um panorama da produção geográfica sobre o tema; 2º) apresentar aos responsáveis pela construção de políticas públicas de patrimônio as possibilidades e os limites da análise espacial, indicando o sentido atribuído pelos geógrafos a categoria patrimonial.

É importante deixar claro que não será feito um desenvolvimento histórico dos conceitos geográficos citados ao longo do texto. Apesar de considerar importante, julgo que outros trabalhos já alcançaram este objetivo de maneira satisfatória⁹. Também destaco que não é objetivo do presente projeto refletir sobre as relações entre estes conceitos e as práticas de tombamento ou classificação, assunto que poderia representar um esforço de pesquisa específico ainda a ser desenvolvida pelos geógrafos.

1.1 - Um sobrevoo na produção geográfica sobre patrimônio

Ao contrário do que ocorre com outros profissionais¹⁰, os geógrafos não apresentam uma participação efetiva nas instituições de políticas públicas patrimoniais. No Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹¹ (IPHAN) é notória a ausência de profissionais da geografia desde sua fundação. O mesmo acontece em

9 Sobre o conceito de espaço, recomendo o texto de Corrêa (1995a). Em relação ao conceito de região, pode-se consultar o texto de Gomes (1995). Sobre território, Souza (1995) apresentou importante contribuição. Em relação ao conceito de escala, Castro (1995) já desenvolveu algumas reflexões iniciais significativas. Ferreira (2000) apresenta uma análise sobre o conceito de lugar que vai além da abordagem da fenomenologia. Sobre paisagem Ribeiro (2007) mostrou a abordagem da geografia cultural e suas relações com o patrimônio.

10 Para um panorama da participação de antropólogos na elaboração, avaliação e execução de políticas e estudos sobre patrimônios culturais, pode-se consultar o trabalho de Lima Filho e Abreu (2007).

11 Criado em 1937 com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25 no dia 30 de novembro do mesmo ano, o IPHAN é o órgão responsável pela identificação, classificação e proteção dos elementos importantes a cultura brasileira. Atua em todo o território nacional através de suas superintendências e tem no Conselho Consultivo o órgão responsável pela análise e decisão de propostas de tombamento. Sobre a formação do IPHAN recomendo o trabalho de Chuva (2009), onde pode-se observar as principais áreas dos envolvidos com a burocratização da memória brasileira, bem como o papel do instituto na construção da memória nacional.

outros países, como na França, onde a principal publicação institucional de divulgação sobre reflexões do patrimônio não inclui os geógrafos¹². Da parte dos próprios geógrafos, também há uma falta de reconhecimento do patrimônio como um objeto de estudo. Apenas após o ano 2000, concomitante a uma afirmação de uma nova noção de patrimônio, surgem pesquisas que consideram os objetos patrimoniais como uma categoria sócio-espacial e que buscam, de maneira geral, compreender como a atribuição de valor a bens materiais ou imateriais transforma diferentes territórios.

Através da observação da produção geográfica brasileira ao longo do século XX, é possível notar que o patrimônio apareceu muitas vezes como algo dado, que não merecia ser criticado ou sequer descrito. Pierre Deffontaines (1939) ao realizar sua geografia regional do Brasil, por exemplo, apenas citou o fato de Ouro Preto (MG) ter sido elevada à categoria de monumento nacional¹³, ignorando as possíveis consequências espaciais da aplicação deste reconhecimento.

Este texto de Deffontaines é um exemplo da produção geográfica brasileira naquela época, marcada pela influência francesa na produção de longas monografias com o intuito de descrever os aspectos e classificar regiões. A chamada geografia regional tornou-se a principal maneira de construir um conhecimento geográfico no Brasil e se desenvolveu em paralelo a institucionalização da ciência no país: Neste mesmo período surgiram os primeiros cursos de graduação - São Paulo (1934) e Rio de Janeiro (1935) – e foi formado o centro de pesquisa do IBGE (1934). Este período também foi marcado pela divulgação dos trabalhos geográficos brasileiros e o recebimento de textos internacionais a partir das publicações da RBG e o estabelecimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros¹⁴ (1934).

É importante lembrar que o período dos anos 1930 marca também a institucionalização das políticas de patrimônio no Brasil, com a criação em 1937 do

12 Vicent Veschambre (2007) fez interessante levantamento e constata que a publicação anual do Ministério da Cultura da França sobre patrimônio conta com trabalho de apenas um geógrafo, que foi apresentado como etnólogo. O mesmo ocorre na publicação do IPHAN. Observando rapidamente a Revista do Patrimônio, constata-se que apenas na edição de 2004 um geógrafo foi autor de texto, sendo classificado de forma mais abrangente como professor.

13 Ouro Preto foi elevada a categoria de Monumento Nacional de acordo com o Decreto nº 22.928, de 12/07/1933. A cidade foi tombada a nível nacional de acordo com o decreto-lei nº25 de 1937 em 1938 e inscrita na WHL em 1981.

14 Entidade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 17 de setembro de 1934, por iniciativa do professor francês Pierre Deffontaines, destinada a reunir geógrafos, professores e estudantes de Geografia preocupados com a promoção do conhecimento científico, filosófico, ético, político e técnico da Geografia para que se possa oferecer à crítica da sociedade uma abordagem geograficamente consistente.

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), regulamentado pelo Decreto-Lei 25º no dia 30 de novembro do mesmo ano. Bastante associado ao movimento intelectual modernista, a criação do SPHAN representou um projeto oficial mais amplo de modernização política, econômica e cultural do Brasil, baseado em orientações nacionalistas, autoritárias e modernizadoras das novas elites de bases urbanas (opostas as velhas elites agrárias dos antigos regimes) que dirigiam o país e buscavam estabelecer a identidade nacional a partir da ideia de Brasilidade (Gonçalves, 1996).

No período onde o país ainda apresentava elevadas taxas de ocupação no meio rural e as ações do SPHAN estavam voltadas para o tombamento de elementos da arquitetura religiosa nas cidades de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, os trabalhos geográficos não apresentavam a cidade como foco, voltando-se para a escala regional e de análise dos elementos da natureza. Neste contexto o termo patrimônio surgia apenas como um adjetivo relacionado a um valor de troca ou como forma de destacar a importância de um elemento natural existente no território nacional. Os textos de James (1939), Abreu (1941) e Carvalho (1948) são exemplos de valorização do solo, da vegetação e dos recursos minerais como representantes do patrimônio do povo brasileiro, merecendo por isto leis e práticas de proteção específicas. Estes autores não pensam o patrimônio como um aspecto histórico, artístico, cultural ou natural, mas como um recurso do país a ser utilizado para adquirir benefícios econômicos.

Mesmo com a expansão quantitativa das políticas do SPHAN durante a chamada fase heroica¹⁵ da instituição, os geógrafos continuaram sem considerar a aplicação dos efeitos do tombamento como objeto de análise. Petrone (1959), ao realizar um estudo sobre a região do alto Paraíba, não faz nenhuma referência ao tombamento em escala nacional da casa onde teria nascido Oswaldo Cruz, reconhecida pelo SPHAN em 1956,

15 Na historiografia do instituto, a fase heroica do SPHAN/IPHAN vai do início de suas atividades em 1937 até o falecimento de seu primeiro diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Representa o período caracterizado pelo intenso número tombamentos realizados, apesar das dificuldades burocráticas existentes de afirmação de um novo órgão.

como um possível fator de transformação espacial da área urbana do município de São Luís do Paraitinga (SP)¹⁶.

A década de 1960 representou uma importante mudança das práticas de conservação com a publicação da Carta de Veneza. A partir deste documento surge a ideia do patrimônio urbano ou rural, compreendido não apenas a partir do monumento isolado, mas em função da área de entorno onde ele está localizado, o que possibilita a compreensão de novas figuras, valores e permite o reconhecimento de novos conhecimentos na gestão e identificação dos bens (Choay, 2006). Assim, preservar o entorno do bem torna-se fundamental, já que estes espaços são significativos para a manutenção dos valores associados ao monumento. Enquanto isto, os geógrafos brasileiros desta década, influenciados pelo movimento teórico quantitativo e pelo surgimento da geografia crítica, estavam mais ocupados em analisar os modelos de transformação territorial ou as desigualdades sócio-espaciais, valorizando os conceitos de espaço e região (Cf. Corrêa, 1995a e Gomes, 1995). Neste contexto, mesmo quando ocorre o reconhecimento da proteção formal de áreas, ele não é problematizado, surgindo apenas como uma característica menor do objeto estudado. Pedro Pinchas Geiger (1967) observa que a preservação do centro histórico de São Luís (MA) mediante o tombamento em nível nacional do conjunto arquitetônico e paisagístico¹⁷ representaria uma possível força de transformação espacial, capaz de criar outro centro portuário no estado, sem considerar, contudo, os impactos da aplicação desta norma nacional na própria São Luís. Talvez o interesse na análise das possíveis modificações no espaço intraurbano não tenham chamado a atenção do geógrafo do IBGE, mais preocupado em refletir sobre o desenvolvimento da rede urbana em escala nacional.

Já na década de 1970 a geografia se aproximou efetivamente do pensamento marxista para questionar as desigualdades espaciais produzidas pelo modo de produção capitalista e pela afirmação da globalização financeira. No contexto das políticas patrimoniais no Brasil 1969 marcaria o fim da fase heroica do IPHAN com a morte de seu primeiro diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade (Gonçalves, 1996). No contexto

16 A casa de Oswaldo Cruz receberia outra forma de proteção em 1975 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Assim como outros bens presentes no município, que podem ser consultados no link <http://goo.gl/Z9C6pu>

17 O Centro histórico de São Luís foi tombado pelo SPHAN em 1955 a partir do processo Nº 0454 – T – 51. O mesmo centro seria inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em 1997, em função da preservação de seu estilo arquitetônico.

internacional, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural é ratificada pela UNESCO em 1972, representando o primeiro instrumento global para preservação de bens. O final desta década marca também o término dos processos de independências dos países africanos colonizados por Portugal, possibilitando aos poucos a construção de novas nações e o surgimento de novas estruturas burocráticas nestes países¹⁸.

O surgimento de uma proteção internacional do patrimônio foi pouco abordado pelos geógrafos, ficando restrito a citações meramente descritivas. Quando esta proteção foi considerada, não gerou reflexões sobre os conflitos produzidos pela articulação de escalas variadas de preservação ou sobre os contextos para inscrição dos bens na WHL. Exemplos podem ser observados nos comentários de Francisco Barbosa Leite para a RBG ao considerar os tipos e aspectos do Brasil. Em seu texto sobre Parati (Leite, 1981), o autor informa a proteção da cidade como monumento nacional em 1966, mas não cita que todo território municipal estava protegido desde 1974 e que o centro histórico tinha proteção desde 1958 pelo SPHAN¹⁹. De forma semelhante, nos textos sobre Olinda (Leite, 1982) e sobre o território das missões jesuíticas (Leite, 1983), o autor cita a então recente inscrição destes territórios na WHL, mas sem apresentar o contexto desta inscrição ou considerar a proteção das mesmas em escala nacional²⁰.

Já no período da década de 1980 e 1990 geógrafos chegaram a considerar a institucionalização do patrimônio através do tombamento como um elemento de transformação espacial, porém julgaram que esta proteção representaria um exagero das instituições responsáveis e não desenvolveram de forma consistente uma reflexão sobre esse tema. Corrêa (1979), ao propor os processos espaciais presentes na transformação das cidades modernas, considerou o tombamento como um caso extremo de institucionalização da inércia, onde formas pretéritas seriam mantidas no tecido urbano.

18 Sobre a construção da nação e da comunidade imaginada dos países africanos de língua portuguesa a partir do estabelecimento das estruturas burocráticas o tema, pode-se consultar a coletânea de trabalhos organizados por Torgal, Pimenta e Sousa (2008).

19 A inscrição do município de Parati no livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no livro de Tombo de Belas Artes compreende o processo nº 0563-T-57. Os mesmos livros já contavam com a proteção do centro histórico, além de diversos outros bens tombados unicamente no livro de Tombo Histórico. Parati também figura desde 2004 na Lista Indicativa Brasileira do Patrimônio Mundial, como local fundamental da Rota do Ouro.

20 Olinda conta com diversos bens tombados como patrimônio nacional desde 1938, com destaque para suas igrejas do período colonial. O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Olinda veio a ser delimitado pelo SPHAN ainda em 1968. Já o território das missões teve a proteção estabelecida pelo SPHAN também em 1938, com a inscrição no livro de Belas Artes dos remanescentes da Igreja de São Miguel.

Já Lia Machado (1992), analisando os processos de formação dos espaços agrários amazônicos, viu a patrimonialização da floresta como uma maneira radical de controlar a expansão populacional.

Em 1992 a UNESCO estabelece a paisagem cultural como uma categoria para inscrever bens na WHL. Apesar das influências de Carl Sauer e Vidal de la Blache no conceito utilizado pela instituição global (Ribeiro, 2007), a temática do patrimônio ainda demoraria uma década para se estabelecer como objeto de estudo dos geógrafos. Concomitante ao surgimento da categoria de paisagem, a UNESCO torna-se o ator responsável pela expansão do patrimônio na escala mundial e o termo passa a vigorar em dicionários de geografia²¹.

O aparecimento em dicionários de geografia do termo também é acompanhado por trabalhos que consideram o patrimônio enquanto um elemento social capaz de conferir identidade ao território, como nos textos de Di Méo, Castaingts, Ducournau (1993) e Di Méo (1995). Diante destas produções internacionais é de estranhar que Roberto Lobato Corrêa, organizador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura²² (NEPEC) e da nova geografia cultural no Brasil ao lado da também geógrafa Zeny Rosendahl, não tenha proposto a patrimonialização de paisagens ou mesmo de áreas e objetos simbólicos como um possível tema de investigação deste campo²³ (Corrêa, 1995b).

Para finalizar os esquecimentos geográficos em relação ao patrimônio enquanto força de transformação espacial, chama também atenção o fato de Maurício de Abreu, importante geógrafo brasileiro do campo da geografia histórica, não ter considerado o instrumento do tombamento, aplicados em escalas local, nacional e mundial, como um dos motivos para a preservação das formas presentes nos centros históricos de Olinda, Salvador e Ouro Preto. De forma semelhante a Olinda, Salvador conta com uma variedade de bens tombados individualmente e teve o primeiro conjunto arquitetônico,

21 Um dos primeiros dicionários em língua francesa a inserir o verbete patrimônio foi editado por Brunet, Ferras e Théry (1992), onde o termo é tratado como um elemento a ser gerido pelo Estado. Em outro momento Lévy e Lussault (2013) vão incluir em seu dicionário uma abordagem mais ampla, considerando a UNESCO como um importante ator de construção do patrimônio.

22 Criado em 1993, o NEPEC configura-se como principal grupo de pesquisas de geografia cultural no Brasil, responsável pela tradução e divulgação de textos considerados fundamentais para esta abordagem. Vinculado a Universidade do Estado do Rio de Janeiro tem sólida contribuição para a pesquisa e ensino da abordagem cultural do espaço.

23 Roberto Lobato Corrêa se ocuparia posteriormente em analisar os monumentos na cidade (Corrêa, 2005) e as formas simbólicas do espaço urbano, como palácios, festas e itinerários (Corrêa, 2012).

urbanístico e paisagístico protegido ainda em 1959 e seu centro histórico inscrito na WHL em 1985. Já Ouro Preto foi a principal cidade a receber ações do IPHAN na fase heroica, representando o modelo de centro histórico no início das políticas patrimoniais brasileiras. Estes diversos aspectos de proteção, que articularam escalas variadas para a salvaguarda dos bens, não tiveram importância na manutenção das formas destas cidades para Maurício Abreu. Segundo ele, preocupado em considerar as relações entre história e memória urbana, estas formas permaneceram na paisagem das cidades devido à “[...] longa decadência econômica pela qual passaram, que atenuou os ataques ao parque construído anterior, do que qualquer veleidade preservacionista local” (Abreu, 1998:8).

A responsabilidade da ausência do tema patrimônio na ciência geográfica não pode ser atribuída unicamente ao desinteresse dos geógrafos ou mesmo a uma incapacidade de percepção das transformações espaciais causadas pela atribuição de proteções institucionais a determinados objetos presentes no espaço. Acredito que às limitações teóricas e metodológicas existentes nas escolas geográficas destes períodos combinam-se uma noção de patrimônio restritiva em relação aos métodos e teorias científicas voltadas para aspectos sociais. Muito associado a uma abordagem prática de arquitetos europeus como John Ruskin e Eugène Viollet-le-Duc (Choay, 2006), a origem do patrimônio como questão social surge apenas em 1980 com os trabalhos de história na França (Veschambre, 2007). No caso da ciência geográfica, o tema só vai ser celebrado como objeto de estudo ao mesmo tempo em que há uma expansão tipológica, cronológica e espacial da noção, ocorrida a partir dos anos 1990 e consagrada após os anos 2000.

Apesar desta expansão do tema patrimônio, este objeto foi sendo desenvolvido aos poucos na geografia. Quando consideramos os países africanos, os trabalhos tornam-se ainda mais escassos e são, geralmente, desenvolvidos em outras áreas que não a geografia²⁴. O texto de Loureço Gomes (2010), por exemplo, apresenta uma abordagem historiográfica sobre o centro histórico da Praia, em Cabo Verde. **Estudos sobre o patrimônio de Cabo Verde também já foram realizados na esfera do turismo (Cruz, 2013) ou a partir de uma análise das leis de patrimônio material (Martins, 2011).**

24 Trabalhos produzidos pela geografia brasileira sobre a África tratam o continente inteiro a partir de um único país, como é o caso da edição especial da Revista Espaço e Tempo, organizada por Rossini (2011), intitulada de Especial África, mas com trabalhos unicamente sobre Moçambique.

Já o trabalho do antropólogo Albino Jopela é voltado às práticas de preservação e restauração dos artefatos de Moçambique (Jopela, 2012). Outro exemplo antropológico é o texto de Almeida (2013) realizado a partir de seus estudos na Ilha de Moçambique. Em relação a São Tomé e Príncipe, o trabalho de Castaño (2012) realizou um esforço de analisar a formação da identidade cultural do país através dos patrimônios e museus do arquipélago.

A produção de Vera Mariz destaca-se ao analisar a partir do método histórico a produção de práticas de conservação e restauro do Império Português no período do Estado-Novo. Em diversos trabalhos, a autora analisa como uma memória foi construído pelo império nas colônias africanas, representando também o desejo de marcar a presença do português como desbravador (Cf. Mariz, 2012; 2016).

No caso da geografia brasileira, um dos primeiros trabalhos a celebrar o patrimônio como forma de transformação sócio-espacial é o de Cintia Nigro (1999), que apresenta a atuação das instituições no tombamento de imóveis no centro de São Paulo. O trabalho, realizado a partir das reflexões entre memória e espaço, procurou desvelar o “[...] conteúdo simbólico do tombamento, que o inscreve como reconhecimento de identificação social e que também permite sua exploração mercadológica” (Nigro, 1999: 109) através da indicação dos agentes envolvidos no processo de valorização. Talvez a autora não tenha obtido sucesso em revelar estes conteúdos simbólicos, porém realizou uma análise espacial da aplicação da política de patrimonialização ao mapear os bens tombados e identificar as diversas escalas políticas atuantes na produção do território.

Ao contrário do trabalho de Nigro, que aborda o patrimônio estabelecido pelas instituições políticas, o texto de Costa (2003) pensa o patrimônio como um representante da memória local capaz de transformar o espaço sem a necessidade de um reconhecimento formal. Fundamentado na geografia cultural, o autor apresenta as relações entre paisagem/memória e paisagem/patrimônio para discutir o patrimônio cultural como um conjunto de símbolos presentes na paisagem.

Talvez em função do estabelecimento da categoria na UNESCO em 1992 e do desenvolvido no Brasil de uma Chancela da Paisagem Cultural em 2009, o conceito de paisagem tornou-se um dos principais caminhos adotados pelos geógrafos para abordar

a temática, sendo o trabalho do geógrafo Rafael Winter Ribeiro²⁵ (2007) um produto deste período. O autor mostra algumas abordagens do conceito desenvolvidas na geografia cultural anglófona e francesa, bem como a utilização da categoria nas políticas de patrimônio mundial e nacional através da análise dos dossiês de tombamento e de inscrição. Este texto tornou-se significativo não nas publicações da geografia brasileira, mas nos trabalhos vinculados à arquitetura e ao planejamento urbano que buscaram abordar o patrimônio através de uma perspectiva geográfica. Pode-se citar como exemplos as dissertações de mestrado de Martins (2008), Ferreira (2010) e Melo Filho (2012). Dentre os variados trabalhos produzidos em função do reconhecimento da paisagem como uma categoria patrimonial publicados nas revistas de geografia brasileira, é possível citar o texto de Neves (2009) que analisa as transformações geradas no patrimônio físico e no turismo pelas mudanças simbólicas e estruturais de um elemento tombado presente na paisagem de Ilhéus (BA)²⁶.

Pensar os efeitos causados pelo turismo em áreas protegidas ou as transformações nas práticas turísticas geradas pela patrimonialização de objetos tornou-se um importante meio de análise por parte dos geógrafos. Maria Tereza Duarte Paes (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP) e Everaldo Batista da Costa (Universidade de Brasília - UNB) podem ser considerados os principais autores brasileiros desta abordagem, com grupos de pesquisas estabelecidos e diversos artigos publicados. Uma característica dos trabalhos que seguem esta abordagem é observar como as práticas de patrimonialização são apropriadas pelo capital turístico global, refuncionalizando os centros históricos das cidades brasileiras e produzindo rupturas na identidade coletiva local (Paes-Luchiari, 2005; Costa, 2008). Com abordagem semelhante, Rita da Cruz (Universidade de São Paulo - USP) se ocupa em alguns textos com a fetichização do patrimônio através das práticas turísticas, consideradas pela

25 A participação do autor em congressos e eventos acadêmicos e sua atuação em outras pesquisas no IPHAN o levou a ser um dos coordenadores da candidatura da Paisagem Cultural do Rio Janeiro na WHL, inscrita em 2012, sendo um dos poucos geógrafos brasileiros a atuar de forma prática na construção de políticas de patrimônio.

26 Todos os trabalhos citados neste parágrafo abordam cidades com proteção em escala nacional: O centro histórico e paisagístico de São Francisco do Sul (SC) foi tombado em 1987 (Processo Nº 1163 – T – 85). O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Recife foi considerado patrimônio nacional em 1998 (Processo Nº 1168 – T – 85). Já o conjunto histórico, urbanístico e paisagístico da cidade de Areia (PB) foi tombada em 2008 (Processo Nº 1489 – T – 02). Já Ilhéus (BA) conta com diversos tombamentos individuais e um centro histórico protegido em escala municipal.

autora como uma atividade majoritariamente baseada no “visual” e com uma característica “fugaz, transitória e não raras vezes alienante” (Cruz, 2012: 102).

Abordar as relações entre turismo e patrimônio também é recorrente nos trabalhos mais próximos da geografia física, com análises de fenômenos e objetos presentes na escala regional. Preocupados em tratar o patrimônio geológico e influenciados pela Convenção de 1972 da UNESCO, que define as formações geológicas como patrimônio mundial natural, os autores dessa vertente buscam associar a geologia ao patrimônio, a partir da apresentação da geodiversidade e da geoconservação de parques e áreas naturais (Conceição, *et al*, 2009 e Meira, *et al*, 2010). Apesar das possibilidades do tema, os pesquisadores deste campo desenvolvem apenas relatório das possibilidades de determinadas áreas, sem analisar os efeitos do estabelecimento de um território de proteção em função dos valores naturais excepcionais nas escalas mundiais, nacionais ou locais.

Alguns trabalhos buscam refletir a partir da relação entre educação e patrimônio, contribuindo com o campo da educação patrimonial e da expansão do patrimônio como assunto de estudo a ser desenvolvido na geografia escolar. O trabalho de Oliveira, Lima e Carneiro (2013) sobre as relações entre festas religiosas e santuários católicos no estado do Ceará com discentes de escolas públicas é um exemplo, que apesar de não fazer referência a algum bem protegido institucionalmente, procura mostrar como a temática do patrimônio pode ser apropriada pela geografia escolar.

De forma mais tímida que o conceito de paisagem, o conceito de território também é utilizado na geografia brasileira. Nestas abordagens, o patrimônio é tratado como um elemento produzido por relações de poder em escalas variadas, que transformam as maneiras de apropriação do espaço. Neste caso o papel da ciência geográfica seria o de desnaturalizar a produção destes objetos para compreender como eles são utilizados na transformação territorial. Apesar de Saquet e Galvão (2009) apresentarem reflexões iniciais neste sentido, eles não indicam como os tombamentos produzidos na escala local em Francisco Beltrão (PR) foram formados ou como esta apropriação espacial pode expressar relações de poder entre os diversos atores. Em outro caminho da utilização deste conceito, Almeida (2010) buscou compreender as territorialidades produzidas pelos conflitos entre usos existentes no *Sítio Histórico e*

*Patrimônio Cultural Kalunga*²⁷, território de proteção criado pela Lei Complementar do Estado de Goiás nº 19 de 05 de janeiro de 1996. Para a autora, o estabelecimento deste território representa o resultado de necessidades econômicas, sociais e políticas do movimento quilombola e também se sustenta nas necessidades simbólicas de proteção das relações imateriais existentes entre os seres humanos e os elementos do espaço.

Talvez em função do olhar economicista apontado por Castro (2005), que deu maior importância aos efeitos do mercado e do fluxo de capitais na produção de diferenciações espaciais, a geografia política, campo preocupado em analisar as relações entre poder e território, deixou de lado importantes trabalhos sobre a formação do território nacional pelo estabelecimento das instituições políticas²⁸. Assim, associado a um campo tradicionalmente vinculado a trabalhos técnicos de arquitetos e a dominação dos antropólogos em trabalhar com os elementos relacionados a cultura, juntou-se um olhar simplista voltado para a observação das desigualdades espaciais produzidas apenas por fatores econômicos. Esta junção de fatores pode ter sido um dos motivos que fez os geógrafos não desenvolvessem trabalhos nesse âmbito.

Pensando na escala global, o texto de Scifoni (2003) representa uma tentativa isolada de analisar a diferenciação de territórios a partir das instituições que criam o patrimônio mundial. A autora examina a trajetória da ideia de patrimônio mundial, com ênfase no patrimônio natural, em busca de compreender a formação de uma ordem ambiental internacional. Apesar da originalidade naquela época, o texto pode ser vinculado as perspectivas de uma geopolítica clássica, pois busca identificar o papel dos poderes globais na organização internacional do patrimônio sem contextualizar com as outras escalas existentes.

A necessidade de proteção das relações simbólicas e imateriais pode ser considerado como um reflexo das transformações na noção de patrimônio, que sai da “fase de pedra e cal” (Fonseca, 2009) para a proteção dos aspectos imateriais. O surgimento oficial da categoria de patrimônio imaterial viria ocorrer no âmbito nacional Brasileiro em 4 de agosto de 2000, com a publicação do decreto nº 3.551. A Convenção

27 Kalunga é o nome do grupo de quilombolas atribuído a descendentes de escravos fugidos e libertos das minas de ouro do Brasil central que formaram comunidades autossuficientes e que viveram mais de duzentos anos isolados em regiões próximas à Chapada dos Veadeiros, no atual estado do Goiás, região central do Brasil.

28 Novamente o texto de Márcia Chuva (2009) é importante neste aspecto, pois apresenta a formação do corpo institucional do IPHAN para mostrar como uma determinada memória foi vinculada ao território nacional a partir da construção de uma rotinização das práticas de tombamento.

para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO seria promulgada apenas em 2003, indicando uma mudança conceitual profunda, onde a comunidade local de produção da memória e das relações sociais torna-se mais relevante que os aspectos técnicos destacados na definição do patrimônio material (Bortolotto, 2011). O Brasil ratifica a Convenção da UNESCO em 2006, enquanto os PALOP a partir do século XXI: São Tomé e Príncipe em 2006, Moçambique em 2007, Cabo Verde e Guiné-Bissau em 2016.

Apesar destas ratificações tardias, a temática do patrimônio cultural imaterial já foi abordada em relação aos países que formam o PALOP sobretudo no campo da antropologia. O trabalho de Dias (2012) e Nogueira (2012) sobre manifestações musicais são importantes neste sentido. Com uma abordagem etnográfica, as duas autoras procuram mostrar o papel da *morna* e do *Batuke* na construção de um patrimônio nacional que, partindo de Cabo Verde, formam a identidade dos países africanos de origem portuguesa, como Moçambique e Angola.

Diante destas mudanças, o patrimônio imaterial também se torna foco de análises geográficas. Neste campo, os geógrafos defendem que todo bem imaterial está presente em algum espaço ao mesmo tempo que produz diferenciações, criando territórios e alterando as paisagens. Desta forma, Caliskevstz (2011) reflete sobre a imaterialidade presente no patrimônio material, analisando a memória dos trabalhadores ferroviários no Paraná. Já Conceição e Castro (2014) analisam, a partir da geografia cultural, as transformações produzidas pelo registro do carnaval de Maragogipe (BA)²⁹.

A partir deste sobrevoo é possível observar a pluralidade de abordagens da geografia ao tratar o patrimônio. Contudo, também é fácil notar uma predominância de temas relativas ao turismo, que utilizam o referencial teórico próximo à geografia marxista brasileira ou da produção vinculada teoricamente a nova geografia cultural. Diante destes aspectos, a proposta desta discussão bibliográfica é apresentar outro caminho para a ciência geográfica, ampliando a utilização do patrimônio na disciplina ao propor uma análise do patrimônio mundial a partir da geopolítica crítica americana.

Também é fácil de notar uma ausência de estudos sobre a temática do patrimônio da África a partir de uma perspectiva geográfica. Uma das poucas abordagens sobre o

29 O carnaval de Maragogipe (BA) foi registrado em 2009 no Livro de Registro Especial de Eventos e Celebrações pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, pelo Decreto Estadual nº11.449/2008.

tema vem a partir dos estudos de geografia do turismo, como no trabalho de Sansolo e Cruz (2011), onde o patrimônio é visto apenas como uma forma de gerar recursos para determinadas regiões. É interessante observar que neste estudo a maioria dos países que formam o PALOP compõem as regiões classificadas como opacas, onde, segundo os autores, não existiriam oportunidades de desenvolvimento da atividade turística. Assim, outra proposta a ser atingida é de produzir um conhecimento geográfico sobre a África que considere o patrimônio cultural como objeto de análise e que vá além das definições tradicionais lançadas sobre o continente.

1.2 - Geopolítica Crítica: Uma proposta para pensar geografia e patrimônio.

Originalmente criado pelo sueco Kjellen no final do século XIX, o termo “geopolítica” foi deixado de lado por geógrafos³⁰ em função da associação dos trabalhos produzidos por autores clássicos às práticas expansionistas imperialistas do início do século XX e dos movimentos políticos extremistas relacionados à segunda guerra mundial (Costa, 2013). Este grupo de autores baseados no excepcionalismo nacional construiu um discurso sobre os territórios e legitimaram as ações estatais a partir de representações territoriais sobre os outros países.

Se naquele período a produção de representações territoriais internas e externas estavam a cargo apenas das máquinas burocráticas Estatais, em um contexto de globalização, contudo, a escala nacional se articula cada vez mais com processos e instituições atuantes na escala regional e global, tornando necessário às ações estatais obter o crivo e auxílios técnicos de outras instituições para legitimar suas ações através da adequação as normas e convenções internacionais. Desta forma, não é apenas o Estado que produz as representações dos territórios, mas agentes não estatais também atuam através do reconhecimento atribuído aos discursos técnico-científico, da legitimação política ou do auxílio financeiro na construção de geografias imaginativas do mundo. Podemos observar exemplos disto no Conselho de Segurança da ONU; na aceitação e adequação de exigências internacionais, como as estabelecidas pelo Banco

30 É importante destacar que trabalhos de geopolítica continuaram a ser produzidos por geógrafos franceses, sobretudo aqueles vinculados a uma abordagem marxista. O texto de Claval (2000) mostra o papel desempenhado por Yves Lacoste e os autores de artigos na revista *Hérodote* sobre a produção de reflexões a partir de uma abordagem espacial durante a década de 1970 que versavam sobre os aspectos nacionalistas, as lutas de independência, ou a caracterização de países e regiões globais.

Mundial; ou mesmo a aceitação e reconhecimento de convenções e parâmetros globais, como as da UNESCO referentes à cultura.

O pensamento da geopolítica crítica americana permite dar os primeiros passos para refletir sobre a articulação de atores não estatais às máquinas públicas na produção das representações territoriais globais. Fundamentada a partir das influências do pensamento pós-colonial, esta corrente buscou renovar os estudos de geopolítica tradicional a partir da década de 1980 pelos trabalhos de geógrafos anglo-saxões como John Agnew, Gearóid Ó Tuathail, Simon Dalby, Joanne Sharp, entre outros. Este grupo de autores se propôs a superar a pretensa objetividade materialista e a imparcialidade de análise proposta pelos autores da geopolítica tradicional, que contribuíram para tornar a ciência geográfica um fenômeno não discursivo, separada das dimensões sociais, políticas e ideológicas da política internacional (Ó Tuathail e Agnew, 1992). Estes autores propõem abordar a ciência geográfica como um discurso social e histórico, sempre relacionada a questões políticas e ideológicas, e concebida enquanto uma forma de poder/conhecimento. Utilizando as reflexões de Michel Foucault, a geopolítica passou a ser compreendida como uma prática discursiva através das quais intelectuais das burocracias governamentais elaboraram representações para tipos particulares de lugares, pessoas e histórias.

Apesar das possibilidades teóricas e metodológicas apresentadas por este movimento, é possível elencar duas críticas principais a esta abordagem. A primeira, destacada por Sharp (2013), considera que os estudos de geopolítica crítica ainda apresentam em seus trabalhos uma estrutura de pensamento produzida para questões e espaços ocidentais, apesar de ter suas bases teóricas vinculadas ao movimento pós-colonial. A segunda crítica feita está relacionada a uma abordagem clássica das questões políticas, que restringe as análises às práticas do Estado. Como os estudos são, em sua maioria, produzidas a partir dos discursos oficiais como forma de justificar ações internacionais, as análises se limitam a produção discursiva da burocracia estatal, o que revigora o pensamento geopolítico clássico e exclui do campo as agências transnacionais atuantes na construção do território (Cf. Agnew, 2012).

Uma característica, portanto, dos textos considerados de geopolítica crítica é propor a reflexão sobre a criação de representações do território por instituições públicas e privadas atuantes em várias escalas. Estes geógrafos consideram que a

formação simbólica dos territórios no tempo da globalização passa por uma diversidade de atores, representando uma verdadeira constelação de discursos e práticas. Esta constelação de atores envolvidos nas políticas de patrimônio são verdadeiros exemplos do que Marc Abélès chamou de “*global-politique*” (Abélès, 2008 e 2011), onde ONG’s e instituições governamentais transnacionais produzem uma governança pensada a partir de um pacto internacional. Como este processo gera um impacto nas sociedades e nos governantes nacionais, me parece claro que estas relações transformam as agendas políticas nacionais e, por consequência, transformam também o território dos países signatários de determinados pactos internacionais.

Neste sentido, estou de acordo com Jurema Machado (2009) quando ela afirma que a UNESCO através de seus instrumentos vinculantes (Convenções, Declarações e Recomendações) ao mesmo tempo em que criam direitos e obrigações, orientam a produção de políticas públicas e mobilizam questões internas nos países.

Compreender a atuação destes atores é importante para uma análise da geopolítica global em que o patrimônio está inserido. Torna-se fundamental, neste sentido, pensar as relações de disputa existentes entre estes atores. Estas disputas são manifestas pelos conflitos no âmbito financeiro (em busca dos recursos internacionais disponíveis para execução dos projetos), técnico (na contratação de *experts* para atuar em seus escritórios), discursivo (sobre o direito de falar do conhecimento patrimonial pela publicação de documentos técnicos ou pela participação dos fóruns de debates nacionais e internacionais) e territorial (sobre o direito de atuar em determinados países).

Assim, um trabalho de geopolítica crítica deve buscar refletir como as categorias geográficas são construídas e utilizadas para justificar uma ação ou mesmo para atribuir um valor a um objeto do espaço. Desta forma, algumas perguntas podem ser realizadas pelos seguidores deste campo: Quais categorias são utilizadas e como elas são classificadas? Que instituições atuam na construção simbólica do território, das regiões e das paisagens? Quais escalas políticas e geográficas são atuantes neste processo? Que elementos e discursos são escolhidos para simbolizar um território ou uma região?

Para refletir a partir deste campo em relação ao patrimônio mundial, proponho tornar estas questões mais específicas: Quais são as instituições envolvidas com a construção dos patrimônios mundiais? Quais escalas institucionais atuam nestes

processos e como elas se articulam? Quem são os especialistas que legitimam as representações territoriais globais? Como os territórios dos Estados são imaginados pelo patrimônio? Quais os interesses existentes por trás da inscrição de um bem na WHL? Como dispositivos globais foram criados para atender estes interesses? As novas instituições regionais podem produzir uma mudança no mapa do patrimônio mundial? Essas são algumas perguntas que podem ser realizadas para pensar nas relações geopolíticas através do patrimônio mundial.

Como foi visto, outras abordagens geográficas sobre o patrimônio também são possíveis. Independente do caminho adotado, considero que cabe ao pensamento geográfico problematizar a construção material e simbólica dos territórios e das territorialidades produzidas a partir das políticas de patrimonialização, analisando as escalas ativadas e os atores e instituições envolvidos. Neste sentido, os trabalhos geográficos devem buscar o apontado por Paes (2012) e descentralizar as teorias relacionadas ao restauro ou simplesmente às formas arquitetônicas e colocar em evidência as relações sociais em busca de revelar os conflitos e legitimidades produzidos pelo patrimônio. É importante destacar que não se trata de abandonar os desenvolvimentos da arquitetura, da história da arte ou do urbanismo, mas compreender que estas ciências têm preocupações distintas e contribuem para a compreensão de outros fenômenos.

CAPÍTULO 2 - A UNESCO NO TERRITÓRIO DOS PALOP

Após apresentar uma possibilidade de trabalhar geograficamente a temática do patrimônio mundial, gostaria de passar a análise das instituições envolvidas na produção do território dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Como estes países surgem já em um contexto de globalização e de formalização de um acordo internacional para salvaguarda do patrimônio, considero fundamental pensar na atuação de outras instituições para além do Estado nacional. Estas diversas escalas políticas associadas formam uma verdadeira constelação de atores e representam um exemplo do que Marc Abélès chamou de *global-politique* (2008 e 2011).

Assim, analisarei nesta seção as missões da UNESCO vinculadas ao patrimônio desenvolvidas nos territórios dos PALOP's, considerando que estas viagens desenvolvidas pelos especialistas têm um papel fundamental para definir quais elementos estão de acordo com os contornos semânticos modernos definidos pela instituição e constituem uma etapa da construção territorial destes países, pela normatização da memória e das estruturas arquitetônicas.

2.1 - Missões da UNESCO aos PALOP: a formação do território pelas viagens do patrimônio

Após longos e violentos processos de independência durante a década de 1970, os PALOP começaram a formar suas instituições burocráticas e garantir o controle territorial. Ao contrário dos Estados ocidentais onde as práticas de conversação e as primeiras leis do patrimônio surgiram no momento da queda dos regimes monárquicos, como fala Choay (2006) em relação à França, uma política de preservação do patrimônio nestes países recém-independentes viria surgir já em um contexto de globalização, com a presença da UNESCO em seu território³¹.

Uma das formas de atuações da UNESCO ocorre através da assistência técnica aos países-membros, com destaque para a realização de missões de estudo ou de exploração. As missões são realizadas por equipes técnicas da instituição a pedido do Estado interessado, onde os especialistas são proibidos de interferir em assuntos internos dos países visitados, nem devem fazer considerações políticas de qualquer

31 Algumas intenções do governo colonial português de proteger ou classificar determinados elementos nas colônias podem ser destacadas, como mostra Pires (2016) em relação às ações de proteção aplicadas à Ribeira Grande de Santiago, Cabo Verde, ainda em 1922. Chuva (2016) mostrou como as missões do antropólogo Jorge Dias à Moçambique e Angola contribuíram para a salvaguarda do patrimônio museológico daqueles territórios e para a formação do Museu Etnológico de Lisboa.

natureza. Segundo Ribeiro (2012) as assistências técnicas da UNESCO, entre elas as missões, tiveram início na busca pelo desenvolvimento das nações mais pobres, através da combinação do viés intelectual e operacional da instituição para inserir novos países recém-independentes no sistema da organização.

Observando de forma específica as missões destinadas a identificação, preservação ou classificação de bens patrimoniais culturais ou naturais desenvolvidas nos PALOP (Tabela 1), é possível observar o nascimento do patrimônio daqueles países, bem como as maneiras como a UNESCO produziu uma reflexão sobre determinados territórios a partir das viagens de seus especialistas.

O documento produzido por Orlando Garcia em 1980 intitulado *Institut National de la Culture*³² é uma das primeiras missões da UNESCO solicitada por um país integrante do grupo PALOP a abordar a proteção do patrimônio cultural. Realizada entre dezembro de 1978 e janeiro de 1979, a missão teve como objetivo aconselhar as autoridades nacionais para a criação de um instituto nacional da cultura, que deveria se articular com os centros culturais regionais espalhados pelo país. A missão contou com reuniões com as autoridades governamentais e com os representantes da sociedade civil interessados no domínio cultural, bem como visitas pelo interior do país de caráter exploratório. Em função da ausência de informações sobre Cabo Verde naquela época o autor apresentou em seu documento as características geográficas e sociais do país, apontando como grande problema para o desenvolvimento da nação a irregularidade de chuvas e as grandes emigrações em função das secas e das crises de alimentação³³.

Segundo o autor, a nação cabo-verdiana deveria realizar uma “descolonização do futuro”, para se manter estável e superar os prejuízos produzidos pela herança colonial. Orlando Garcia considera que a verdadeira independência de Cabo Verde ocorreria pela recuperação do orgulho nacional e da construção da identidade nacional, aspectos através dos quais o Estado cabo-verdiano poderia desenvolver a participação popular.

32 Número de série: FMR/CC/CD/80/137(Garcia)

33 Sobre as questões dos emigrantes e a construção de uma identidade cabo-verdiana, pode-se consultar o trabalho de Mourão (2006).

Tabela 1: Missões da UNESCO realizadas nos territórios dos PALOP em relação ao patrimônio cultural

País	Título	Autor	ANO
Angola	Problèmes de la réhabilitation du Palais Doña Ana Joaquina et sa réutilisation comme galerie nationale d'art	Pawlowski, Krzysztof K.	1985
Angola	Réhabilitation et promotion du patrimoine culturel angolais		2000 ³⁴
Angola	Réhabilitation et promotion du patrimoine culturel angolais: Angola - (mission); rapport final		2003
Cabo Verde	Institut national de la culture: République du Cap Vert - (mission)	García, Orlando	1980
Cabo Verde	Préservation du patrimoine culturel et architectural historique	Azevedo, Paulo O.D. de	1981
Cabo Verde	Développement culturel	Moeckli, Jean Marie	1982
Cabo Verde	Protection du patrimoine culturel et naturel	Mester de Parajd, G.	1984
Cabo Verde	Programme de sauvegarde du site de Cidade Velha	Wieczorek, Jean Pierre	1990
Guiné-Bissau	Plan national d'action pour lutter contre la dégradation du milieu naturel en Guinée-Bissau	Bartolucci, Ivan J.; Lepape, M. C	1984
Guiné-Bissau	Politique culturelle nationale	Apronti, Eric O.	1986
Guiné-Bissau	Mission d'identification (préservation du patrimoine culturel)	Dugast, François	1988
Guiné-Bissau	Création d'un Institut national des cultures et des arts	Flusser, Victor	1989
Moçambique	Organization of a National Centre for Cultural Studies and Documentation	Gagro, Bozidar	1980

³⁴ Documentos classificados como de difusão restrita e disponíveis apenas após um intervalo de 20 anos de sua produção, conforme as regras de acessos aos arquivos da UNESCO. As regras de acesso podem ser consultadas em http://www.unesco.org/archives/new2010/fr/acces_regles.html

Moçambique	Les Problèmes de la sauvegarde de l'Ilha de Mozambique	Pawłowski, Krzysztof K.	1981
Moçambique	National legislation for the protection of the cultural heritage	Warburton, H.L.	1986

Fonte: Informações obtidas no arquivo da UNESCO, em Paris, durante trabalho de campo realizado em 2016

Neste sentido, o aspecto cultural é apresentado como responsável por assegurar a real independência de Cabo Verde. Este aspecto poderia ser desenvolvido, segundo o autor, pela valorização da memória, que em Cabo Verde apresenta três possibilidades de abordagens distintas: 1) a memória da sociedade pré-colonial; 2) a memória colonial; 3) a memória da libertação. Para o autor, a memória da sociedade pré-colonial representaria a memória mais intrinsecamente africana, baseada numa característica animista e tradicional. A memória colonial estaria relacionada a uma memória de sofrimento, mas responsável de fato por gerar a nação cabo-verdiana. Já a memória de libertação é a mais complexa de ser trabalhada, segundo o autor, já que as lutas armadas pela independência não aconteceram de fato no território de Cabo Verde, representando assim uma memória elaborada pelos integrantes do PAICV³⁵.

O desenvolvimento dessas políticas culturais deveria ter como estratégia o engajamento da população para acelerar o reencontro com a identidade nacional pela redescoberta dos “valores autênticos do patrimônio cultural”. Assim, o autor coloca o desenvolvimento das ações culturais em Cabo Verde como uma característica prioritária, cabendo diretamente ao Estado a sua valorização. Desta forma, um dos objetivos do futuro Instituto Nacional da Cultura seria a promoção, orientação, coordenação do levantamento e de pesquisas sobre o patrimônio cultural, visto como uma base da identidade cultural e da consciência nacional.

A construção de uma política cultural pelos PALOP também teve o apoio da UNESCO em Guiné-Bissau, com a missão desenvolvida por Éric Ofoé Apronti³⁶ entre julho e setembro de 1985. O documento *Politique culturelle nationale*³⁷ tem objetivos semelhantes aos apresentados pelo documento produzido sobre a missão a Cabo Verde: Primeiramente o consultor realizou uma avaliação da execução da política cultural existente em Guiné-Bissau; em seguida foram apresentadas algumas medidas e meios para a execução dessa política; por fim foi apresentado um projeto de desenvolvimento cultural. Para além das observações realizadas ao longo da missão, onde foi constatada a carência de pessoas qualificadas para atuar em Guiné-Bissau no setor da cultura, bem como da falta um orçamento específico para o desenvolvimento de atividades pela

35 Partido Africano da Independência de Cabo Verde, fundado em 1981 após uma dissidência do antigo Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde (PAIGCV).

36 Consultor da UNESCO vinculado ao *Institut Culturel Africain*, em Dakar. Foi responsável pela realização de consultorias sobre o mesmo assunto em Lesotho (1986) e Gâmbia (1985)

37 Número de série: FMR/CLT/CD/86/116(Apronti)

Direção Geral de Cultura, o autor propôs a criação de centros regionais voltados ao desenvolvimento de atividades culturais espalhados pelo território guineense.

Uma outra contribuição foi a proposta de uma política cultural para o país, feita com base no documento já existente e atualizada pelo autor. De forma semelhante a missão realizada em Cabo Verde, a cultura foi considerada como um fundamento e finalidade da dinâmica libertadora, a ser realizada em conjunto com o desenvolvimento cultural organizado pelo Estado e que levaria o país a um avanço socioeconômico, respondendo assim às exigências do mundo moderno. Neste contexto político, o patrimônio cultural foi considerado como uma prioridade para alcançar a dignidade humana e superar os atrasos gerados pelo período colonial exploratório, devendo ser gerido e organizado pela Direção Geral de Cultura, órgão que estaria vinculado ao Conselho Nacional da Cultura.

Outra missão foi desenvolvida em Moçambique entre outubro e novembro de 1985 por H. Warburton, com objetivo de revisar junto as autoridades do país os requerimentos específicos para criação de uma lei nacional de proteção do patrimônio cultural. O relatório *National legislation for the protection of the cultural heritage*³⁸ também considerou a ausência de recursos naturais e humanos como principal argumento para o desenvolvimento de uma política de preservação patrimonial efetiva, pois a cultura seria uma forma de superar as dificuldades históricas e naturais. Ao contrário dos outros dois documentos, o autor do relatório de Moçambique destacou a existência de “algum sentimento, não partilhado ou encorajado pelas autoridades, que o ambiente construído produz evidências tangíveis da antiga administração colonial, sendo, em alguma medida, estranha ao verdadeiro patrimônio de Moçambique” (p. 2). É importante destacar que Moçambique conquistou sua independência de Portugal em 1975, após dez anos de lutas em seu território entre as Forças Armadas de Portugal e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Após o acordo de paz em 1974 que resultou na independência do país, diversos locais tiveram o nome alterado, para acabar com as referências ao período colonial. Neste sentido, é estranho que o autor do documento continue a destacar a Ilha de Moçambique como um importante patrimônio a ser protegido e que necessite de investimentos em sua conservação em detrimento de

38 Número de série: FMR/CLT/CH/86/107

elementos do período pré ou pós-colonial, valorizando práticas colonialistas de definição de raças e identidades elencadas por Zamparoni (2012).

Estas três missões representam uma maneira de olhar e também de construir os territórios dos PALOP a partir da assistência internacional e compõem o grupo de formação das estruturas políticas da cultura nestes países. Nestes documentos os territórios são tratados pela busca de superar a carência financeira e de quadros administrativos especializados na temática patrimonial através do estabelecimento de programas culturais viáveis que aceitem a atuação da iniciativa privada e também o auxílio da cooperação internacional. O sentido é de alcançar o desenvolvimento através da cultura e da proteção do patrimônio cultural, desde que as ações sigam os padrões dos países ocidentais. Ao mesmo tempo, o território é construído pelos Estados a partir do momento em que eles incluem em seu quadro legal as recomendações das instituições internacionais, atendendo as exigências e padrões dominantes.

Outro documento pode ser incluído neste primeiro grupo, porém com pequenas diferenças: O documento produzido por Bozidar Gagro³⁹ a partir da missão realizada em junho de 1979 em Moçambique intitulado *Organization of a National Centre for Cultural Studies and Documentation*⁴⁰, destaca, assim como os outros textos, a existência de três aspectos considerados como de potencial cultural em Moçambique: 1º) o patrimônio cultural indígena; 2º) o patrimônio cultural da era colonial; 3º) uma nova força que decorre da população e busca superar o passado colonial. A diferença está no fato do autor reconhecer que as manifestações tradicionais indígenas representam um importante campo de estudos e são parte da cultura cotidiana da sociedade moçambicana moderna, apesar das mudanças sofridas pelo período colonial. No documento referido ele afirma:

“Os principais achados paleontológicos, as pinturas rupestres descobertas, as danças e músicas de cada grupo étnico, as estruturas variadas musicais e instrumentos, as artes folclóricas e as tradições orais são um vasto campo para o estudo, assim como a sua reabilitação e a inclusão de seu desenvolvimento como parte integrante da cultura cotidiana e da sociedade de Moçambique moderno. Algumas destas coisas - artesanato artístico, por exemplo - foram distorcidas pela era colonial. No entanto, a perda da função religiosa e comercialização não ter destruído o gênio criativo dos homens da tribo Maconde no norte, nem a dos menos numerosos povos do sul. Tudo o

39 O filósofo e historiador da arte croata Bozidar Gagro foi consultor da UNESCO também no desenvolvimento do *Centre d'études, de recherches et de documentation sur le développement culturel* na República Democrática do Congo (1977).

40 Número de série: FMR/CC/CS/80/303

que precisa ser feito é o de garantir um potencial de desenvolvimento contínuo para esta atividade artística, e para protegê-lo do abuso comercial” (p.6-7)

Para o autor o passado colonial também pode ser considerado de forma diferenciada, pois a longa presença do colonizador está marcada nas mentes e nas relíquias de interesse material e espiritual, que podem funcionar como um fator de libertação e catalisador da mudança cultural. Mesmo a presença de grandes conjuntos urbanos, como a antiga Ilha de Moçambique e certos prédios e monumentos do período colonial poderiam ser utilizados para estes propósitos, segundo o autor, desde que passem por uma redefinição dos valores atribuídos.

Um segundo grupo das missões da UNESCO desenvolvidas nos PALOP pode ser chamada de identificação do patrimônio cultural e natural. Estas missões teriam como objetivo realizar um levantamento dos elementos presentes no território daqueles países adequados a integrar determinados “contornos semânticos modernos” (Gonçalves, 2009 e Abreu, 2007) utilizados no estabelecimento das políticas de patrimônio cultural.

Em Cabo Verde duas missões realizadas na década de 1980 podem ser enquadradas neste segundo grupo. A primeira foi desenvolvida no ano de 1980 com o objetivo de aconselhar o ministério da educação, da cultura, da juventude e dos esportes sobre a elaboração de um plano para a preservação do patrimônio cultural do país. Produzido pelo arquiteto brasileiro Paulo Azevedo⁴¹ e expressamente influenciado pelos preceitos da Carta de Veneza, o documento apresenta Cabo Verde como uma mistura étnica e cultural em que o dialeto nacional crioulo foi revitalizado enquanto um elemento de afirmação nacional e de resistência a colonização, devendo as outras expressões culturais, como o patrimônio, alcançar o mesmo patamar. Apesar de ao final do documento o autor propor uma organização para o instituto do patrimônio cultural nacional, a maior parte do texto é uma descrição dos elementos de interesse patrimonial presentes no arquipélago. É interessante observar que o relatório intitulado *Préservation du patrimoine culturel et architectural historique*⁴², publicado em 1981, ratifica o discurso da descoberta de Cabo Verde pelo português, que viria a ser aclamado pela UNESCO através da aceitação do dossiê de candidatura da Cidade Velha em 2009.

41 Paulo Ormino David de Azevedo é arquiteto baiano, integrou o conselho consultivo do IPHAN e atualmente é professor titular da Universidade Federal da Bahia.

42 Número de série: FMR/CC/CH/81/257(SP)

Apesar disto, outros trabalhos mostram que o arquipélago já era conhecido por árabes da costa do Senegal (Cf. Cabral, 1980). Pouca relevância é dada pelo autor aos elementos naturais presentes nas ilhas, apesar da valorização de bens naturais na esfera internacional.

A missão realizada por Gabor Mester de Parajd⁴³ em Cabo Verde também pode ser incluída neste grupo. No documento *Protection du patrimoine culturel et naturel*⁴⁴, desenvolvido entre novembro e dezembro de 1983, o autor também influenciado pela Carta de Veneza evoca a necessidade de evitar o desaparecimento da autenticidade histórica na Cidade Velha de Santiago. Neste ponto, ele segue a tradição de inscrição de bens na WHL destacado por Bortolotto (2011), onde o caráter técnico de reconhecimento da autenticidade é uma marca das inscrições na lista, ao contrário dos bens considerados como patrimônios imateriais que tem como característica o reconhecimento das práticas locais. Outro aspecto destacado pelo autor no tocante ao patrimônio urbano é a preocupação com a expansão urbana, considerada como uma ameaça aos vestígios dos passados presentes no centro histórico de Praia, atual capital do país, expressando outra característica da Carta de Veneza no documento. Em busca de evitar as restaurações artificiais a preservação dos bens deveriam destacar as características visíveis, a escala humana e a qualidade de vida da população. Ao adotar estes princípios nas reformas urbanas e nas práticas de recuperação dos monumentos evita-se os “erros de urbanismo (alargamento de ruas, correções de alinhamentos, etc.)” (p.7).

Em relação à Cidade Velha de Ribeira Grande, o autor propõe a preservação dos vestígios históricos a partir da preservação das casas populares, aceitando apenas renovação no interior em casos de extrema necessidade. Outra preocupação apresentada é em relação a expansão turística que pode sofrer a vila, em função de sua proximidade com a capital do país. É interessante observar, neste ponto, que o autor do documento considera o turismo uma ameaça significativa e não um motor para o desenvolvimento dos bens monumentais do país, como já foi pensado por especialistas da UNESCO em outros momentos, como no relatório de Michel Parent em relação a Parati (Leal, 2008).

43 Arquiteto francês é *Architecte en Chef des Monuments Historiques* na França e atuou em projetos de restauração de vários edifícios significativos no país, como o *Palais de l'Elysée*, sede da presidência francesa.

44 Número de série: FMR/CLT/CH/84/163

Em seguida o autor sugere três exemplos de patrimônios que podem ser reconhecidos pelo país. O primeiro concerne à cratera do vulcão do Fogo, “pela qualidade excepcional do sítio, a intensidade dramática da paisagem, sua homogeneidade e pelo interesse científico da formação geológica, o sítio natural do vulcão do Fogo merece ser protegido” (p.9). O autor também chamou a atenção que, neste sítio, há uma comunidade que estava a época se reconstruindo após a última erupção (1951). Estes aspectos apresentados por ele são muito próximos dos critérios para inscrição de bens na WHL na categoria de bens naturais à época da publicação do texto⁴⁵, onde um bem natural poderia ser inscrito por ser um grande exemplo de um processo geológico que interage com o desenvolvimento de comunidades locais (critério natural II) ou conter áreas de excepcional beleza natural (critério natural III). Outro exemplo de patrimônio que merece ser protegido segundo o autor é o centro histórico de Mindelo, na ilha de São Vicente. Para o autor, este centro histórico apresenta o patrimônio arquitetural e urbano mais intenso e interessante de todo o país, em função da qualidade individual de diversas construções e também pela diferença de hierarquias e qualidade dos diferentes espaços urbanos. O autor também aponta que a configuração geográfica do arquipélago favoreceu a realização de atividades comerciais e militares em suas águas, gerando grandes naufrágios em seu território. Estes vestígios constituem importantes testemunhos das atividades desenvolvidas a partir do século XV no território do país. É interessante notar que o dossiê de inclusão da Cidade Velha de Ribeira Grande aceito pela UNESCO em 2009 conta com uma área de proteção das atividades submarinas, consideradas como zona tampão do centro histórico.

Por fim, durante as recomendações propostas, o autor apresenta os princípios gerais a serem seguidos pelo Instituto do Patrimônio que passa pela preservação (salvaguarda e restauração), a difusão do patrimônio (recenseamento, informação e publicação) e pela valorização (apresentação, reutilização e exploração). Nas recomendações dos trabalhos técnicos o autor considera que é mais interessante não restaurar um bem que realizar uma má restauração. Para ele é indispensável implementar os meios por que, mais tarde, seja possível restaurar os bens em boas condições.

45 Os critérios para inclusão na WHL a época da publicação do texto foram publicados em 1984 e estão disponíveis para acesso em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide84.pdf>

Um terceiro documento que compõe o grupo de identificação do patrimônio cultural e natural dos PALOP foi produzido por François Dugast⁴⁶ em 1988 a partir da missão realizada em setembro de 1987 à Guiné-Bissau. A missão, realizada a pedido do presidente do conselho de Estado, teve como objetivo discutir com as autoridades nacionais as medidas para a revalorização de duas vilas específicas através da elaboração de um programa de atividades para a preservação e reabilitação do centro histórico das cidades de Cacheu e Boloma. Os dois centros históricos são característicos pela presença de elementos de segurança militar e arquitetura do período colonial português.

A *Mission d'identification* buscou observar se estes dois centros históricos atendiam aos critérios para inscrição na WHL e indicar quais caminhos o país poderia tomar para sua inscrição. Neste caso, a primeira recomendação do autor é ratificar a *Convenção* de 1972 (Guiné-Bissau só ratificaria a *Convenção* em 2006), para em seguida fortalecer as instituições de cultura, a partir da aceitação de auxílio de instituições externas. Em seguida, segundo o autor, o país deveria valorizar os grupos locais de preservação do patrimônio, para tentar uma inscrição à WHL. Assim, o documento mostra um aspecto interessante da construção do elemento patrimônio e importante para a geopolítica, que é a articulação de instituições atuantes em escalas distintas para a construção de uma caracterização do território através da narrativa patrimonial.

O terceiro grupo de missões da UNESCO realizadas no PALOP pode ser chamada de missões técnicas. Produzidas em sua maioria por arquitetos, essas missões apresentam inclusive as mesmas formatações: Primeiro apresentam uma síntese da evolução urbana e arquitetônica do bem em questão, depois mostram as condições atuais do bem destacando seu estado de conservação e, em alguns casos, dos usos dados ao bem. Por fim, eles apresentam um inventário mais detalhado do bem e formas de valorização e recuperação, bem como as medidas necessárias para assegurar a salvaguarda efetiva.

Um exemplo é o documento produzido pelo arquiteto polonês Krzysztof K. Pawlowski para a restauração do Palácio Dona Ana Joaquina e sua reutilização como

46 Consultor da UNESCO em diversas outras missões relativas ao desenvolvimento de museus, como as ocorridas na Tunísia e no Lesoto em 1985.

galeria nacional de arte⁴⁷ em Luanda, Angola. O consultor da UNESCO segue o estilo comentado acima e apresenta um desenvolvimento histórico e arquitetônico do palácio, para ao final apresentar seu projeto técnico de reutilização do bem. Um aspecto importante é que o autor considera ao final de seu texto que o palácio detém um valor patrimonial que permite solicitar uma ajuda multilateral e bilateral para sua preservação e que a restauração do bem deveria ser realizada como um projeto escola, visando suprir a carência de corpo técnico em Angola.

Anterior ao projeto de restauração proposto por Krzysztof K. Pawlowski para o palácio Dona Ana Joaquina em Angola, o arquiteto já tinha realizado outra missão técnica no ano de 1981. Através do relatório *Les Problèmes de la sauvegarde de l'Ilha de Mozambique*⁴⁸, o arquiteto apresenta como medidas para salvaguardar a ilha o estabelecimento de zonas de proteção com o objetivo de reverter o processo de degradação iniciado pela ausência de usos em função da mudança de capital e da perda de importância portuária a partir do século XX. O autor define 5 zonas de proteção para o conjunto da ilha, dentre as quais destaca-se a Zona “P” destinada a “proteção da paisagem, que engloba um sector integrante do conjunto histórico” (p.6). Esta zona merece destaque pois reforça a utilização da paisagem como uma moldura do bem arquitetônico, sendo um exemplo internacional da forma utilizada nas políticas de tombamento do IPHAN durante a fase heroica da instituição e analisado por Ribeiro (2007). Ao final do relatório, o autor apresenta suas conclusões e destaca que a candidatura da Ilha de Moçambique à WHL é plenamente justificada em função de seu valor internacional incontestável. Segundo o autor, os elementos materiais presentes na Ilha constituem o mais rico conjunto urbanístico português naquela parte da África, resultando da presença de três tipos de culturas no local em associação com os elementos da natureza.

Por fim, um terceiro documento pode ser incluído no grupo de missões técnicas. O texto do arquiteto Jean-Pierre Wiczorek, intitulado *Programme de sauvegarde du site de Cidade Velha*⁴⁹, apresentou os resultados da missão desenvolvida entre maio e junho de 1989 que tinha como objetivo aconselhar o governo de Cabo Verde em relação a salvaguarda da Cidade Velha de Ribeira Grande. Da mesma forma como o documento

47 Número de série: FMR/CLT/CH/85/182

48 Número de série: FMR/CC/CH/81/192(PROV.)(Pawlowski)

49 Número de série: FMR/CC/CH/90/102

analisado anteriormente, o relatório apresenta o processo histórico de formação urbana e arquitetônica da Cidade Velha, destacando o discurso da importância desta localidade para as grandes rotas de navegação portuguesa e para o tráfico de escravos pelo atlântico. O arquiteto também cria um zoneamento para definir parâmetros de proteção específica para cada área, estabelecendo oito zonas distintas. Segundo ele, na zona altamente histórica, por exemplo, todas as construções modernas deveriam ser retiradas, valorizando os vestígios arqueológicos presentes no local.

Em seguida, o autor do relatório apresenta a metodologia para realização de um inventário do patrimônio cultural, etapa fundamental para a preservação de um bem segundo o autor. O inventário deveria ser realizado através de fichas de catalogação das características morfológicas dos edifícios, englobando não apenas as construções religiosas ou militares, mas também as construções pertencentes as estruturas habitativas. Após o autor apresentar esse percurso metodológico, ele realiza algumas considerações sobre a tentativa de inscrever Cidade Velha na WHL. Ele justifica seus comentários sobre a necessidade da inscrição do sítio na WHL em função da ameaça sofrida pelos bens culturais e naturais nas sociedades modernas, destacando que a vontade de inscrever a Cidade Velha partiu do novo governo em busca de criar uma identidade ao povo cabo-verdiano através da história e do patrimônio como processo do movimento de libertação colonial e estruturação do país. Assim, através de uma retórica da perda (Gonçalves, 1996), a Cidade Velha de Ribeira Grande nasceu como berço de Cabo Verde. Neste contexto é interessante observar que a criação de uma “comunidade imaginada” (Anderson, 2008) associada ao território cabo-verdiano passou por um reconhecimento na escala global e não na escala do nacional⁵⁰, indicando a necessidade da validação de uma organização com maior estabilidade e reconhecimento.

Estas missões representam a atuação de uma instituição intergovernamental no território dos PALOP e são ações produzidas na escala política global. A partir delas, estes países são inseridos na estrutura da UNESCO e tornam-se novos territórios de aplicação de ações de desenvolvimento. Após apresentar as formas como inserção global foi produzida, é possível, em seguida, compreender as relações regionais expressas a partir da UNESCO e apresentar outros atores na produção do território pelo patrimônio.

50 De acordo com a resolução nº 7/2009, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde de 16 de março de 2009, a Cidade Velha foi declarada patrimônio cultural nacional em 1990.

CAPÍTULO 3 - ATORES REGIONAIS DO PATRIMÔNIO MUNDIAL NOS PALOP

A geopolítica do patrimônio mundial não ocorre apenas pela execução de missões da UNESCO no território dos países. Outras escalas são acionadas na produção de ações de preservação da memória e criação de identidades nacionais. Estas escalas políticas são ativadas por atores diversos, como os Centros de Categoria 2 da UNESCO (C2C) e também ONG's com atuação em determinados territórios. Apesar de estruturas diferenciadas, estes atores apresentam como característica comum: a produção de ações destinadas à valorização do patrimônio dos países africanos; o reconhecimento da UNESCO de suas capacidades técnicas na implementação destas ações; a busca pela inserção internacional dos países que financiam estas instituições.

Para refletir sobre a presença dos PALOP enquanto um grupo político no contexto da UNESCO e da aplicação da Convenção de 1972, deve-se, de início, pensar na presença deste grupo de países na África em relação com a política do patrimônio mundial. Diversos autores já produziram reflexões sobre as necessidades dos países africanos frente ao patrimônio mundial (CRATERRE-ENSAG e FRANCE-UNESCO, 2006; Sanz, 2012; Ndoro, 2015) e a própria instituição reconhece o desequilíbrio presente da WHL ao propor formas de alcançar uma lista mais equilibrada e representativa⁵¹. Dentre esta pequena participação da África na WHL, veremos que na própria África os PALOP compõem o grupo de países com menor representação.

Neste sentido, considero importante para o contexto do trabalho analisar a localização geográfica destes países em relação às políticas de patrimônio global. Para isto, iluminar o contexto dos países no entorno pode ser interessante como maneira de destacar o aspecto periférico dos PALOP, mas também para compreender como outras estruturas linguísticas, históricas e políticas estão presentes na UNESCO através de uma observação regional.

Em seguida, analiso o surgimento e a atuação dos Centros de Categoria 2 da UNESCO relacionados à gestão do patrimônio, compreendo que os especialistas destes centros são novos atores na formação dos territórios destes países e expressam planos e interesses que estão além da preservação patrimonial. Ao final apresento a atuação de

51 Apenas um exemplo: Como mostra o documento CC-90/CONF.004/INF.4, a preocupação com o equilíbrio e representatividade da WHL já estava presente desde 1990. De forma específica para a África é possível citar o projeto chamado *Action Plan 2012 – 2017 for the Africa Region*, como um exemplo de que o problema continua a preocupar a UNESCO. Informações sobre o projeto podem ser consultadas em <http://whc.unesco.org/en/africa/>

duas ONG's no continente, que apesar de não serem partes da UNESCO, tem o reconhecimento da instituição para o desenvolvimento de ações técnicas do patrimônio.

3.1 - Regiões da África no Patrimônio Mundial: Um olhar a partir dos PALOP

Os PALOP estão envoltos por países com uma afirmação na UNESCO amplamente sedimentada, o que reflete no número de inscrições WHL e nos cargos ocupados por profissionais destes países na instituição. Utilizando os critérios de bens inscritos e número de participações no Comitê do Patrimônio Mundial, estabeleci 4 regiões de análise: Região do Sudeste Africano; Região da África do Oeste; Região Centro-sul Africano; Região do Golfo da Guiné (Mapa 2). Assim, considero não apenas a localização geográfica ou os limites fronteiriços para estabelecer essas regiões, mas também a inserção destes países no processo global de patrimonialização.

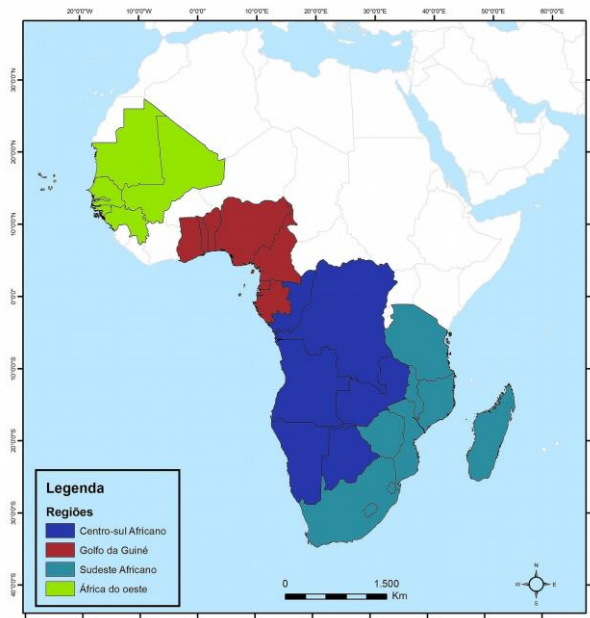
Desta forma, a região do Sudeste Africano, que tem Moçambique como elemento central para o âmbito desta pesquisa, é formada basicamente por ex colônias Britânicas. Já a Região do Centro-Sul Africano é formada por países com acesso ao oceano atlântico, que fazem fronteiras com Angola e que apresentam um contexto colonial diverso. A vasta região do Golfo da Guiné foi formada pelos países localizados no Golfo e caracteriza-se pela baixa inserção na política da UNESCO. Já a Região da África do Oeste é composta por países que estão na faixa de transição do deserto do Saara para a África subsaariana e que têm nas cidades os principais elementos reconhecidos pela UNESCO.

Moçambique encontra-se completamente envolto por países que foram ex-colônias do Reino Unido, todos independentes ao longo da década de 1960 (Tabela 2). Na região do sudeste africano, a maioria dos países ratificaram a Convenção de 1972 ao longo da década de 1980 e contam com ao menos um bem inscrito na WHL. Três exceções podem ser observadas nesta tabela: Suazilândia, Tanzânia e África do Sul. Organizado politicamente como uma monarquia e com baixíssimos índices de desenvolvimento, o Reino da Suazilândia é um dos poucos países do antigo Império Britânico na África sem um bem inscrito na WHL.

Por outro lado, a República da Tanzânia apresenta um importante protagonismo na geopolítica do patrimônio mundial, contando com 6 bens inscritos na WHL e dois mandatos no Comitê do Patrimônio Mundial. Foi o primeiro país da região do sudeste

africano a ratificar a Convenção de 1972 e inscreveu em 1979 como bem misto a zona de conservação de *Ngorongoro*.

Mapa 2: Regiões dos PALOP a partir do Patrimônio Mundial



Fonte: elaboração do autor, com base em <http://whc.unesco.org/>

Esta classificação foi seguida da inscrição de outros três parques na década de 1980, durante o período em que o país ocupou uma vaga no Comitê do Patrimônio Mundial. Ainda em 1981 o país teve seu primeiro bem cultural inscrito: as ruínas de *Kilwa Kisiwani* e de *Songo Mnara*, localizados na costa sul do país.

Apesar da África do Sul representar a principal potência econômica do continente, sua inserção na UNESCO ocorre apenas em 1997. Mesmo com esta entrada tardia, já em 1999 o país integra o Comitê do Patrimônio Mundial e inscreve três bens, dentre eles um sítio arqueológico de homínídeos, considerado uma importante etapa da evolução humana e a *Robben Island*, considerada um local de dupla memória: Símbolo do *apartheid* e também referência ao triunfo do espírito humano, da liberdade e da democracia frente a opressão racial. Outro aspecto importante a considerar deste país são seus posicionamentos nas votações do Comitê do Patrimônio Mundial ao formar coligações junto aos BRICS para atender desejos políticos e econômicos⁵², que o colocam como importante *player* no contexto global.

52 Sobre a articulação política realizada pelos BRICS na votação do Comitê do Patrimônio Mundial recomendo consultar o texto de Bertacchini, Liuzza e Meskell (2015).

Tabela 2: Região do Sudeste Africano na política de patrimônio global

País	Ex-colônia	Ratificação da Convenção 1972	Bens inscritos na WHL			Mandatos no Comitê
			Cultural	Natural	Misto	
Moçambique	Portugal	1982	1	0	0	-
Tanzânia	Reino Unido	1977	3	3	1	1985 – 1991 / 2015 - 2019
Maláui	Reino Unido	1982	1	1	0	1983 – 1989
Zimbábue	Reino Unido	1982	3	2	0	1997 – 2003 / 2015 - 2019
Suazilândia	Reino Unido	2005	0	0	0	-
África do Sul	Reino Unido	1997	4	3	1	1999 – 2005 / 2009 – 2013
Lesoto	Reino Unido	2003	0	0	1	-
Madagascar	França	1983	1	2	0	2005 – 2009

Fonte: <http://whc.unesco.org/fr>

Ao contrário de Moçambique, que está nas proximidades de alguns dos principais países da geopolítica do patrimônio mundial da região africana, Cabo Verde e Guiné-Bissau compõem uma região difusa, com destaque para o Senegal e o Mali como principais potências na política global de patrimônio. Senegal é um país de extrema relevância na formação da WHL, tendo participado das primeiras reuniões e compondo o primeiro Comitê do Patrimônio Mundial. A inscrição da Ilha de Goré em 1978 forma, também, umas das primeiras inscrições, apesar de não ter atendido as exigências fotográficas e cartográficas da época⁵³. O Mali ratificou a Convenção em 1977 e conta com quatro bens inscritos na WHL, com destaque para a cidade de Timbuktu, considerada pela UNESCO como o mais importante centro universitário e religioso da África subsahariana nos séculos XV à XVII. Na região da África do Oeste destacam-se as inscrições de cidades que valorizam ou a integração com o passado colonial (Ribeira Grande – Cabo Verde; Ilha de Saint-Louis – Sénegal; Ilha Kunta Kinteh – Gâmbia) ou as relações estabelecidas pelo deserto do Saara (*ksour* de Ouadane, Chinguetti, Tichitt et Oualata – Mauritânia; Timbuktu – Mali).

Assim, enquanto Moçambique está localizado numa região diversa, com países importantes na política do patrimônio mundial e tipos de inscrições variadas, Cabo Verde e Guiné-Bissau estão em uma região onde dois países assumem um relativo

53 Sobre isto, observa-se o relatório final da primeira sessão do Comitê do Patrimônio Mundial no documento CC-77/CONF.001/9

destaque e as inscrições do tipo cultural são mais representativas, com o reconhecimento de ruínas de cidades antigas em função do passado colonial europeu ou das transações realizadas por caravanas do deserto.

Tabela 3: Região da África do Oeste na política de patrimônio global

País	Ex-colônia	Ratificação da Convenção 1972	Bens inscritos na WHL			Mandatos no Comitê
			Cultural	Natural	Misto	
Cabo Verde	Portugal	1988	1	0	0	-
Guiné-Bissau	Portugal	2006	0	0	0	-
Senegal	França	1976	5	0	0	1976 – 1978 / 1978 – 1985 / 1989 – 1995 / 2011 – 2015
Guiné	França	1979	0	1	0	1980 – 1987
Gâmbia	Reino Unido	1987	2	0	0	-
Mali	França	1977	3	0	1	2009 – 2013
Mauritânia	França	1981	1	1	0	-

Fonte: <http://whc.unesco.org/fr>

Angola está localizada na região do centro-sul africano, onde o reconhecimento da UNESCO é realizado sobretudo nos parques naturais (Tabela 4). Dentre este grupo de países, oriundos de regimes coloniais diversos, destaca-se a República Democrática do Congo. Também representa a região dos PALOP com menor representação na WHL, com apenas nove bens inscritos. Esta região também é caracterizada por ser o local da busca da origem da humanidade: Os dois bens culturais inscritos na WHL na região não são cidades ou mesmo ruínas de um período passado, como na região do oeste africano, mas fazem referências aos princípios da humanidade enquanto sítios arqueológicos.

Por fim, a vasta região do Golfo da Guiné é caracterizada por alguns países com protagonismo na política do patrimônio mundial, porém sem um grande número de bens inscritos na WHL (Tabela 5). Oriundos de contextos coloniais diversos, estes países têm relativa participação no Comitê do Patrimônio Mundial, com destaque para Nigéria e Benim. Porém, apesar de a Nigéria contar com três mandatos no Comitê, o país inscreveu apenas dois bens na WHL. Já o Benim conta com dois mandatos no Comitê, um bem inscrito e um importante ator regional no desenvolvimento de ações e exportações de expertises: a *École du Patrimoine Africain*. Nesta região, as ex colônias portuguesas são as menos significativas, pois não inscreveram até o momento algum bem ou participaram de qualquer área administrativa da UNESCO.

Tabela 4: Região centro-sul Africano na política de patrimônio global

País	Ex-colônia	Ratificação da Convenção 1972	Bens inscritos na WHL			Mandatos no Comitê
			Cultural	Natural	Misto	
Angola	Portugal	1991	0	0	0	2015 - 2019
República Democrática do Congo	Bélgica	1974	0	5	0	1980 – 1987
Zâmbia	Reino Unido	1984	0	1	0	-
Namíbia	Império Alemão	2000	1	1	0	-
Congo	França	1987	0	1	0	-
Botsuana	Reino Unido	1998	1	1	0	-

Fonte: <http://whc.unesco.org/fr>

Tabela 5: Região do Golfo da Guiné na política de patrimônio global

País	Ex-colônia	Ratificação da Convenção 1972	Bens inscritos na WHL			Mandatos no Comitê
			Cultural	Natural	Misto	
São Tomé e Príncipe	Portugal	2006	0	0	0	-
Gana	Reino Unido	1975	2	0	0	1976 – 1980
Togo	França	1998	1	0	0	-
Benim	França	1982	1	0	0	1995 – 2001 / 2003 – 2007
Nigéria	Reino Unido	1974	2	0	0	1976 – 1980 / 2001 – 2005 / 2007 – 2011
Camarões	França / Reino Unido	1982	0	2	0	-
Guiné Equatorial	Portugal	2010	0	0	0	-
Gabão	França	1986	0	0	1	-

Fonte: <http://whc.unesco.org/fr>

3.2 - Atores regionais na política de patrimônio mundial: Os C2C e os PALOP

A organização burocrática da UNESCO no tocante ao patrimônio começa em 1972, com a formalização da *Convenção para proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Apesar de Silva (2012) apresentar a existência de outras convenções e

recomendações atuantes em escala global⁵⁴, a Convenção da UNESCO representou uma primeira articulação política em busca de proteger o patrimônio mundial⁵⁵.

A partir da *Convenção* de 1972 o patrimônio mundial é fundado em três bases institucionais: o *World Heritage Centre* (WHC), as organizações consultivas (*Advisory Bodies*), e o Comitê do Patrimônio Mundial. Construído em 1992, o WHC, localizado em Paris (França) funciona como secretaria da organização em relação à temática do patrimônio mundial. Este centro é o responsável pelo recebimento da documentação de novas candidaturas, organização das sessões anuais da convenção do patrimônio mundial, preparação para o encontro anual do Comitê do Patrimônio Mundial e gerenciamento do Fundo do Patrimônio Mundial.

Já as organizações consultivas (*Advisory Bodies*) são conjuntos de *experts* que conduzem missões de monitoramento e avaliação dos bens inscritos e de novas inscrições na WHL, subsidiando os outros órgãos com informações técnicas sobre as condições de inscrição de um bem na Lista. O corpo de organizações consultivas é formado pelo *International Centre for the Study of Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), *The International Union for Conservation of Nature* (IUCN) e *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS).

A terceira instituição que forma a esfera política do patrimônio mundial é o Comitê do Patrimônio Mundial, composto por 21 representantes dos Estados-partes, eleitos uma vez ao ano na Assembleia Geral para mandatos de seis anos. Criado pelo artigo 8º da Convenção do Patrimônio Mundial, o Comitê tem como atribuição definir os usos do Fundo do Patrimônio Mundial, a inclusão ou retirada de algum bem na WHL, gerenciar a Lista de Patrimônios em Perigo e avaliar relatórios dos órgãos consultivos. De maneira geral, esta instituição é a principal responsável por legitimar ou negar os discursos patrimoniais produzidos sobre as nações, sendo local de interesses de representantes dos Estados partes e de organizações privadas (*cf.* Meskell, 2014).

54 Também é importante destacar que antes de 1972 a UNESCO já atuava na identificação e preservação do patrimônio, através de campanhas internacionais, como na preservação dos templos de Abu Simbel, ou através de missões desenvolvidas em territórios dos Estados-Partes, como as missões de Michel Parent ao Brasil.

55 Dois encontros foram realizados antes da adoção da Convenção em 1972. Tanto o primeiro encontro, ocorrido em 1968, quanto o segundo, em 1969, contaram com a participação de 12 nações distintas. Os temas debatidos nestes encontros podem ser respectivamente analisados nos documentos SHC/CS/27/8 e SHC/MD/4.

Além destes três grupos de organizações, a UNESCO criou os Centros de Categoria 2 (*Category 2 Centres – C2C*) para desenvolver suas atividades no âmbito local e regional. Legalmente eles não fazem parte da UNESCO, porém estão vinculados à instituição a partir de acordos formais para auxiliar na aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. Apesar de ser estabelecida por um Estado-parte, a atuação destes centros é regionalizada, ocorrendo para além das fronteiras nacionais e com atuação diferenciada das regiões propostas pela instituição (MAPA 1). Atualmente existem 98 C2C vinculados a UNESCO, dos quais 9 são relacionados à temática do patrimônio. A tabela 6 mostra as áreas de abrangência, países a que eles estão vinculados e as principais especializações propostas.

A inclusão destes centros na organização da UNESCO aparece na documentação da instituição ainda na década de 1970. A vigésima Conferência Geral em 1978 solicitou ao *Executiv Board* a preparação dos princípios gerais para o estabelecimento e operação dos centros regionais, considerando o aumento de importância de ações voltadas para a promoção da educação, ciência, cultura e informações nos Estados-Membros, bem como a ausência de princípios e orientações claras para o estabelecimento e a devida operação⁵⁶. Em 1980, a vigésima primeira Conferência Geral apresentou os resultados das discussões realizadas nos dois últimos anos com base nos trabalhos desenvolvidos pelo *Executiv Board*⁵⁷.

Segundo este documento, os centros relacionados à UNESCO são divididos em dois grandes grupos em função de seu relacionamento com a instituição. O primeiro grupo é composto pelos centros internacionais e regionais que fazem parte legal da UNESCO e que tem existência estabelecida pela inclusão nos programas e orçamentos aprovados pela Conferência Geral da instituição.

56 Documento 20 C/34.1

57 O Documento 21 C/36 toma como base o documento 109 EX/6, que em seu item 3.4 tratou da *Elaboration of principles and guidelines regarding the establishment of international and regional centres under the auspices of UNESCO and regarding support for the activities of existing centres.*

Tabela 6: Centros de Categoria 2 da UNESCO vinculados ao patrimônio mundial

Nome	País	Área de Abrangência	Especializações
African World Heritage Fund	África do Sul	África e Estados Árabes no continente Africano	a) Gestão do Patrimônio Mundial
World Heritage Institute for Training and Research in Asia and the Pacific	China	Ásia e o Pacífico	a) Atividades de educação e de formação para os técnicos da região da Ásia e do Pacífico, através do incentivo à pesquisa sobre patrimônio mundial;
Arab Regional Centre for World Heritage	Reino do Bahrain	Estados Árabes	a) Implantação da Convenção do Patrimônio Mundial
Regional World Heritage Institute in Zacatecas	México	América Central e Caribe	a) Gestão do patrimônio
Centro Lúcio Costa	Brasil	América Latina e países lusófonos	a) Gestão do patrimônio cultural e imaterial
International Centre for Rock Art and the World Heritage Convention	Espanha	Global	a) Conservação, pesquisa e gestão do patrimônio, com foco em arte rupestre
International Research Centre on the Economics of Culture and World Heritage Studies	Itália	Global	a) economia patrimonial; b) Patrimônio comum como motor para a regeneração urbana
Centre for World Natural Heritage Management and Training for the Asia and Pacific Region	Índia	Regional	a) Investigações sobre questões prioritárias relacionadas com a proteção do Patrimônio Natural Mundial, com particular destaque para os modelos de participação da comunidade.

Fonte: de acordo com informações coletadas em <http://whc.unesco.org/en/category2centres/>

O outro grupo é composto por aqueles órgãos que não fazem parte legal da UNESCO e apenas aparecem no orçamento e programa da instituição pela parceria estabelecida entre eles. O documento classifica este grupo em três tipos em função de seu relacionamento formal com a instituição: 1) Centros internacionais e regionais estabelecidos a partir de acordos multilaterais entre Estados; 2) Centros internacionais e regionais estabelecidos por um Estado com a participação direta da UNESCO na execução das atividades; 3) Centros internacionais e regionais estabelecidos sem a participação da UNESCO, mas que receberam auxílio da instituição em etapas posteriores. Os princípios e orientações técnicas em relação ao estabelecimento e operacionalização destes institutos e centros de categoria I e II foram atualizados pela UNESCO em 2005⁵⁸.

Independente da tipologia e das orientações técnicas, o documento 21 C/36 da reunião do *Executiv Board* de 1980 mostra o motivo da UNESCO inserir essas instituições em sua estrutura burocrática: a descentralização das atividades da instituição, em busca de atender as demandas dos Estados-Membros na execução das ações propostas. Segundo o documento, esta estrutura descentralizada teria a forma de uma “profunda e integrada rede em cada região, compreendendo um escritório regional principal com atuações abrangendo todos os campos da organização” (p.6-7).

Esta descentralização das atividades da instituição insere novos atores, organizações e práticas na atuação da UNESCO, destacando a escala regional de atuação. No caso dos C2C, apesar deles não fazerem parte legal da instituição, carregam seu nome e são autorizados inclusive a portar seu símbolo⁵⁹, atuando como facilitadores entre a UNESCO e os governos nacionais. Neste contexto, é possível considerar que estas instituições, ao representar a UNESCO em regiões específicas, detém a autoridade simbólica e legal para desenvolver ações sobre a temática do patrimônio. Esta autoridade é baseada na solidez adquirida da instituição internacional, a partir da aceitação global de suas convenções e do reconhecimento de suas ações. No mesmo sentido, é possível também considerar que a produção de políticas do patrimônio torna-se resultados da fricção de instituições responsáveis por escalas distintas de atuação e não apenas pelas instituições nacionais dos Estados.

⁵⁸ Conforme consta no documento *Executiv Board* 171 EX/18

⁵⁹ Conforme consta no documento 171 EX/18

No caso dos PALOP, dois C2C têm capacidade para desenvolver atividades em seus territórios. O *African World Heritage Fund* (AWHF), sediado na África do Sul, e o Centro Lúcio Costa (CLC), sediado no Brasil. Através de encontros internacionais estes dois centros têm firmados parcerias para auxiliar na formação de conhecimento técnico e prático dos PALOP vinculados à gestão do patrimônio.

Observando as informações apresentadas à UNESCO nos relatórios⁶⁰ produzidos pelas duas instituições é possível analisar a atuação delas junto aos PALOP. Desde 2013 o AWHF não desenvolveu ações nos PALOP no eixo relativo a tornar a WHL mais representativa e balanceada. As ações deste C2C têm se voltado para os países africanos anglófonos (Botsuana e Etiópia) e francófonos (Burquina Faso e Mali), a partir da realização de *workshops* sobre a avaliação das candidaturas à WHL. Por outro lado, o eixo de atividades destinado a contribuir com a gestão sustentável e a conservação do patrimônio mundial na África contou com duas oficinas de treinamento voltadas aos PALOP. A primeira, realizada entre julho e agosto de 2014 em Moçambique e a segunda realizada em 2015 entre fevereiro e março em Cabo Verde⁶¹. Estes encontros se enquadram na estratégia de formação e capacitação do patrimônio mundial, atendendo aos aspectos relativos à melhoria das instituições nacionais na gestão e conservação do patrimônio; desenvolvimento de sistemas de avaliação dos projetos no patrimônio natural e cultural; treinamento na gestão do risco nos bens do patrimônio mundial; treinamento na gestão do patrimônio mundial.

Já o CLC também desenvolve atividades a partir do treinamento e capacitação dos PALOP. Dois encontros foram organizados pelo instituto: O primeiro em 2013 teve como foco debater as realidades, demandas e possibilidades para a gestão do patrimônio nos PALOP. O encontro contou com participantes de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, além da realização de palestras sobre os bens inscritos na WHL e sobre o patrimônio imaterial do Brasil e dos países da África. Também foi destinado um espaço para a apresentação do programa de formação proposto pelo CLC e uma apresentação das atividades realizadas do AWHF. O segundo encontro proposto pelo CLC ocorreu em 2014 e contou com a participação de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, além de representantes dos países da América Latina e da representante

60 Os relatórios fazem referência as atividades desenvolvidas no ano anterior à publicação.

61 Um relatório desta missão está disponível em http://awhf.net/wp-content/uploads/2015/10/Relat%C3%83%C2%B3rio_Projecto_de_Campo__ANEXOS1.pdf

do AWHF. Estas atividades realizadas pelo CLC visavam a adesão dos países as atividades propostas pelo centro, bem como estabelecer parcerias com o AWHF. Em relação aos PALOP, apenas Cabo Verde e Moçambique aderiram formalmente às atividades do CLC.

Além das atividades de capacitação, o CLC tem atuado também na publicação de documentos de referência em português e na realização de pesquisas sobre a gestão do patrimônio mundial e imaterial. Neste contexto, destacam-se a publicação do Caderno de Gestão do Patrimônio – intervenções PALOP⁶² e o **Manual Gestão de riscos de desastres para o Patrimônio Mundial**⁶³. No âmbito da valorização científica sobre patrimônio, destacam-se também as chamadas públicas de artigos e de pesquisas.

É importante destacar que no âmbito do patrimônio imaterial os países integrantes dos PALOP também realizaram cooperação técnica com outro país. A partir da atuação da Noruega os inventários sobre o patrimônio imaterial estão sendo desenvolvidos em Cabo Verde e Moçambique para realização de futuras candidaturas, bem como a capacitação técnica de gestores do patrimônio na Guiné-Bissau⁶⁴.

Esta contextualização das ações dos C2C em relação aos PALOP mostram uma tendência à descentralização das ações da UNESCO, mas também indicam interesses maiores dos Estados sedes dos centros. A realização de encontros de capacitação ou a publicação de documentos nos idiomas oficiais dos países pode representar mais do que uma busca por superar barreiras técnicas e linguísticas, mas mostram o interesse dos países sedes de atuação na construção desses territórios. No caso do CLC e do AWHF, Brasil e África do Sul buscam se firmar como potências regionais em relação ao continente africano, influenciado através da capacitação técnica a forma de construir e representar o território destes países.

3.3 - Outros atores regionais na política de patrimônio mundial da África: *l'École du Patrimoine Africain (EPA)* e *Centre for Heritage Development in Africa (CHDA)*

Além do Centro Lúcio Costa (CLC) e do *African World Heritage Fund* (AWHF), é importante considerar a atuação de outros atores de alcance regional na

62 Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CADERNO-Gestao_do_patrimonio_IntervencoesPALOP.pdf

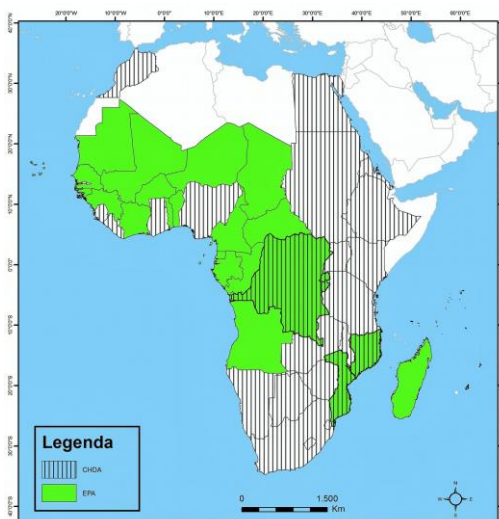
63 Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual.pdf>

64 As atividades podem ser consultadas em: <http://www.unesco.org/culture/ich/en/inventorying-in-cabo-verde-and-mozambique-a-documentary-00847>

produção de políticas de patrimônio cultural. A *École du Patrimoine Africain* (EPA) tem como foco territorial os PALOP, além dos países francófonos. Já o *Centre for Heritage Development in Africa* (CHDA) tem outra área de atuação, voltado aos países anglófonos, além do Marrocos e Moçambique e será tratado de forma mais específica no exemplo do projeto AFRICA 2009 (Mapa 3). É importante destacar que a EPA não é oficialmente classificada como um Centro de Categoria 2. Apesar disto, ele também forma a constelação de instituições atuantes na África juntamente com o CLC, o AWHF, a UNESCO e outras organizações. Assim como os C2C, a EPA também está vinculada a um país e apresenta um corpo técnico altamente capacidade, a diferença é que suas atividades são financiadas por instituições internacionais.

Dedicada a conservação do patrimônio cultural, a EPA está classificada como um estabelecimento universitário de pós-graduação especializado na conservação e resolução de problemas relacionados ao patrimônio cultural e imaterial. Criada em 1998 e baseada em Porto-Novo, Benin, a EPA tem origem da vontade de profissionais vinculados à *Université d'Abomey-Calavi* e do *Centre international d'études pour la conservation et la restauration des biens culturels* (ICCROM). A área de atuação da EPA é voltada para a região da África Subsaariana, compreendendo um total de 26 países, dos quais 20 são francófonos e 6 lusófonos. Atualmente as ações da instituição são divididas em dois polos de serviços e três polos de aplicação, visando abranger as capacitações técnicas e administrativas vinculadas ao patrimônio: 1) Serviços de Administração e gestão; 2) Serviços de Comunicação e Sensibilização; 3) Polo de Coleções; 4) Polo Natureza e Meio Ambiente; 5) Polo Territórios e Patrimônio.

Mapa 3: Regiões de abrangência da EPA e do CHDA



Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos NGO-90313-8.COMICH-09 e das informações disponíveis em www.epa-prema.net/

Ao contrário dos C2C, que tem financiamento majoritário do país-sede, a EPA não conta com uma verba oriunda oficial dos ministérios do Benin, onde ele está situado, mas com um financiamento pautado majoritariamente no financiamento internacional. Em função disto, foi criado em 2001 o *Fonds EPA*, como forma de armazenar as verbas coletadas e garantir a realização de atividades futuras. Observando a prestação de contas disponível, nota-se que o principal doador do fundo nos últimos 10 anos foi *Italy Ministry of Foreign Affairs*, responsável por quase 55% dos valores existentes. Outra característica dos projetos promovidos pela EPA é a viabilização através de contratos e acordos com agências de cooperação de outros países, com destaque para a *Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo* (AECID)⁶⁵.

A maioria das ações realizadas pela EPA tem foco nos países francófonos, em especial o Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim e Senegal. Porém, algumas atividades foram realizadas em associação com os PALOP (Tabela 7) a partir de 2002, com a realização do curso *Certificat d'Aptitude Professionnelle à la Gestion des Inventaires pour les techniciens des musées de l'Angola*⁶⁶, financiado pela Cooperação Italiana, via UNESCO com o apoio do próprio governo Angolano. As formações voltadas para as práticas museológicas são uma das principais ações desenvolvidas pela EPA, talvez em virtude de seu vínculo com o ICCROM.

Outro exemplo de atuação do EPA ocorre no campo das práticas museológicas, como pode ser observado através do relatório *Enquête sur les pratiques documentaires dans les musées de l'Afrique sub-saharienne*, publicado em 2007. Sendo parte de um projeto maior do ICCROM e da UNESCO, o projeto tinha como foco realizar uma avaliação dos diferentes sistemas de documentação existentes nos Países Menos Avançados. Após uma seleção prévia, realizada pelo ICCROM e pela EPA, o Museu Regional de Huila (Angola) e Museu Nacional (São Tomé e Príncipe) foram selecionados para participar do levantamento. O relatório final apresentou 8 recomendações que os museus analisados poderiam seguir para alcançar a digitalização de seus acervos e o inventário de suas obras. Em relação a Angola e São Tomé e Príncipe, o relatório observou que os arquivos dos museus não eram informatizados e

65 Segundo informações oficiais existentes no documento disponível em www.iccrom.org/wp-content/uploads/EPA-Brochure-English.pdf

66 Todas as informações sobre a instituição foram obtidas através dos relatórios anuais oficiais, disponíveis em www.epa-prema.net/index.php/fr/rapports.html

também não tinham sido realizados registro de inventário, apesar de contabilizarem, juntos, com aproximadamente 5.000 objetos.

Tabela 7: Ações da École du Patrimoine Africain nos PALOP

Ano	Ação	País Alvo	Financiamento
2002	<i>Certificat d'Aptitude Professionnelle à la Gestion des Inventaires pour les techniciens des musées de l'Angola</i>	Angola	Agência de Cooperação Italiana / Governo de Angola
2004	<i>Projet scientifique et culturel d'un établissement patrimonial</i>	Angola	ICCROM / <i>Ministère des Affaires étrangères, France / Ministère des Affaires étrangères, Italie</i>
2004	<i>Lancement de la formation en ligne en Médiation culturelle</i>	Angola	Coopération française ; UNESCO ; CNED
2004	<i>6ème Séminaire des Directeurs Africa 2009</i>	Moçambique	ICCROM ; NORAD ; Swedish National Heritage Board ; Swedish International Development Agency ; <i>Ministère des Affaires étrangères, Italie ; Ministère des Affaires étrangères, Finlande ; Unesco World Heritage Fund</i>
2005	<i>Licence professionnelle Conception et mise en oeuvre de projets culturels</i>	Angola	Convention France-UNESCO
2006	<i>Mission d'évaluation du Musée national de São Tomé e Príncipe</i>	São Tomé e Príncipe	USA
2007	<i>Les Musées au service du développement »-Msd</i>	Angola / São Tomé e Príncipe	N.I
2007	<i>Enquête sur les pratiques documentaires dans les musées de l'Afrique sub-saharienne</i>	Angola / São Tomé e Príncipe	N.I
2008	<i>Atelier « Innovative Museum Marketing »</i>	Moçambique	Fonds de Solidarité Prioritaire (FSP) / <i>Ministère français des Affaires étrangères, Okello Abungu Heritage Consultants</i>
2009	<i>Inventaire du patrimoine culturel et naturel de Sao Tomé et Príncipe</i>	São Tomé e Príncipe	Bureau multipays de l'Unesco à Libreville
2009	<i>Elaboration des Listes indicatives</i>	Angola / Cabo Verde / São Tomé e Príncipe	African World Heritage Fund à travers la généreuse contribution du Gouvernement d'Espagne
2009	<i>Préparation des Propositions d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial</i>	Guiné Bissau	African World Heritage Fund à travers la généreuse contribution du Gouvernement d'Espagne
2009	<i>Séminaire thématique spécial gestion du patrimoine culturel et défis pour la lutte contre la pauvreté</i>	São Tomé e Príncipe	Programme Africa 2009, Fonds du Patrimoine Mondial Africain (FPMA) et Direction Générale de la Culture de Sao-Tomé et Príncipe
2010	<i>12ème édition du Cours universitaire international :</i>	Angola	Fondation Getty, EPA

	<i>Licence professionnelle en Conservation du patrimoine</i>		
2010	<i>Atelier sur la remise en route des systèmes de documentation des collections de musée</i>	Angola / São Tomé e Príncipe	UNESCO – Fonds Japonais
2011	<i>Elaboration des dossiers d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial</i>	Angola	Ministère des Affaires étrangères de la Norvège ; Fonds pour le patrimoine mondial africain (FPMA)
2012	<i>2nd Cours technique Patrimoine culturel et développement local</i>	Cabo Verde	Union européenne - Association internationale des maires francophones
2012	<i>Suivi des chantiers documentation des collection</i>	Angola / São Tomé e Príncipe	UNESCO-Fonds en dépôt japonais
2013	<i>La prévention de risques pour le patrimoine mondial</i>	Angola / Moçambique	Ministère des affaires étrangères de Norvège, Fonds pour le patrimoine mondial africain

Fonte: Relatórios anuais da *École du Patrimoine Africain*, disponíveis em <http://www.epa-prema.net/index.php/fr/rapports.html>

Observando a Tabela 7 também é possível notar a atuação da EPA na capacitação de técnicos para a produção de inventários do patrimônio cultural e natural e para a elaboração de Listas Indicativas. Um atelier de capacitação à produção de inventários foi realizado em 2009 em São Tomé e Príncipe, com dois objetivos principais: formar profissionais capazes de realizar ou atuar na produção de um programa nacional de inventário do patrimônio natural e cultural de São Tomé; formar profissionais capazes de elaborar um plano de gestão e um dossiê de candidatura à Lista do Patrimônio Mundial. O evento que contou com 10 técnicos da burocracia cultural de São Tomé e Príncipe teve como base a Convenção da UNESCO de 1972 e as Orientações Técnicas de aplicação da Convenção. Os resultados foram a produção de fichas de inventários em três categorias: 1) Igrejas; 2) Fortificações; 3) Edifícios administrativos coloniais; e a produção de um plano de gestão para o Forte de Santo Antônio, local que abriga o Museu Nacional de São Tomé e Príncipe.

Um aspecto interessante do relatório deste ateliê é a forma como o patrimônio cultural é apresentada aos técnicos de São Tomé e Príncipe. Em um dos tópicos destinados a introduzir as noções básicas do patrimônio cultural visava responder à questão: Porquê gerir um patrimônio cultural imóvel? As respostas apresentadas pelo setor pedagógico foram: 1) alcançar um desenvolvimento econômico do território; 2) preservação da identidade cultural do território; 3) transmissão às gerações futuras. Estas três respostas são próximas dos objetivos apresentados pelos técnicos da UNESCO nos relatórios das missões realizadas na África portuguesa. Desta maneira a

cultura é tratada como caminho para obter ganhos econômicos e identitários, sendo também visto como um bem necessário a manter no futuro.

De forma semelhante o relatório *Elaboration des Listes indicatives*, apresentando em 2009 também mostra os resultados de um ateliê de capacitação dos gestores vinculados a proteção do patrimônio cultural. Neste encontro, que contou com representantes da Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, além do Congo, Guiné Equatorial e Ruanda, a EPA se associou ao AWHF para atender a demanda de vários países em proporcionar uma capacitação sobre os mecanismos de seleção de sítios para a Lista Indicativa, além aprofundar os critérios aplicáveis e as noções de Valor Universal Excepcional e refletir sobre estratégias de colaboração transfronteiriças. Após a realização das capacitações, os participantes dos PALOP apresentaram suas respectivas Listas Indicativas e auxiliaram na produção de uma Lista para São Tomé e Príncipe. É importante notar que o país não conta, até o momento, com uma Lista Indicativa submetida à UNESCO.

Estas ações da EPA tornam as análises sobre a geopolítica do patrimônio mundial mais complexas, pois novos interesses, discursos, atores e financiamento são presentes no território africano. O que observo de início a partir dos relatórios é que os técnicos responsáveis chegam nos locais de trabalho com uma noção já fechada do que seria patrimônio, em busca de seguir um roteiro pré-definido e sem levar a um real emponderamento dos representantes dos países africanos.

3.4 - Moçambique e o programa *AFRICA 2009*

Por fim é importante destacar a atuação do ICCROM através de uma série de organizações articuladas. Para desenvolver uma nova ação na África o órgão sediado em Roma propôs em 1998 através de uma parceria com o *Centre international de la construction en terre* (CRAterre-EAG) o projeto AFRICA 2009, com alvo em todos os países da África subsaariana. Lançado em 1998⁶⁷ o projeto foi formado pela noção de que a preservação do patrimônio não deve considerar apenas soluções técnicas de manutenção das estruturas materiais, mas levar em consideração as relações entre o bem e a comunidade local, caminhando para o bem-estar e o desenvolvimento das populações envolvidas.

67 O processo de formação do projeto *Africa 2009* pode ser conferido no relatório da primeira reunião realizada, disponível nos arquivos da UNESCO e com número de chamada WHC-98/CONF.201/INF.10

Segundo a lógica definida no projeto e apresentado nas reuniões de avaliação ao Comitê do Patrimônio Mundial, ao ICCROM caberia toda a gerência do projeto e a articulação de programas de base, enquanto que outras instituições ficariam responsáveis pelos programas locais. Neste sentido surgem mais duas instituições envolvidas com projetos na África para além do EPA: a CRAterre-EAG e o CHDA.

Foi criada, assim, uma rede de instituições voltadas para atender os países francófonos, através da EPA, e os países Anglófonos, através do CHDA. Ao contrário do EPA, que é considerado uma instituição de ensino, o CHDA tem o estatuto de ONG dedicada a preservação, gestão e manejo do patrimônio cultural na África. Criado em 2000 com o apoio do Museu Nacional do Quênia a área de abrangência da instituição é formada pelos países Anglófonos na África. Já o CRAterre-EAG é uma instituição de ensino vinculada à Universidade de Grenoble (França), funcionando como laboratório de pesquisa da *École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble*, voltado para projetos de desenvolvimento e de preservação das produções de arquitetura em terra. Estas instituições tornam-se importantes para o projeto em tela em função de Moçambique. O país do Sudeste Africano utiliza o programa AFRICA 2009 como forma de angariar verbas juntos a UNESCO em busca de desenvolver um plano de gestão para a Ilha de Moçambique, o único bem inscrito pelo país na WHL.

Após as recomendações realizadas na 24ª sessão do secretariado do Comitê do Patrimônio Mundial de que o Estado-parte desenvolvesse com urgência proteções legais do sítio e produção de um plano de conservação, ameaçando de incluir o bem na Lista de Patrimônio Mundial em Perigo⁶⁸, Moçambique procedeu com a solicitação de auxílio ao Fundo do Patrimônio Mundial na 25ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial. O montante de US\$ 29,980 foi aprovado para financiar a contratação de um gestor do sítio, que seria treinado no curso a ser realizado em Mombaça, Quênia, entre julho e setembro de 2001 no âmbito do projeto AFRICA 2009⁶⁹.

Torna-se interessante para o projeto aqui proposto destacar os comentários dos órgãos consultivos na avaliação da solicitação. O ICOMOS se pronunciou de forma favorável ao auxílio, considerando que era tranquilizador o fato do pedido estar vinculado ao programa AFRICA 2009 e do curso de capacitação em questão ser

68 De acordo com o documento WHC-2000/CONF.204/21

69 Essas informações estão contidas no documento WHC-2001/CONF.205/7

proferido por Weber Ndoro, reconhecido consultor e atualmente diretor do *African World Heritage Fund*. Já o ICCROM, coordenador geral do projeto AFRICA 2009 e representado por Joseph King⁷⁰, considerou a demanda de Moçambique como um passo extremamente positivo na preservação da ilha. Ou seja, o principal ator do projeto é o mesmo que controla um importante lugar de fala para definir as utilizações das verbas da UNESCO.

O plano de gestão para a Ilha de Moçambique foi finalizado em 2010 (Moçambique, 2010), onde encontra-se expressa a efetiva participação do AFRICA 2009, além do destaque dado à arquiteta Bakonirina Rakotomamonjy, consultora contratada pelo governo Moçambicano e formada pela CRA-terre-EAG.

70 A Lista de Participantes daquela reunião está disponível no documento WHC-01/CONF.208/4.

CAPÍTULO 4 - AS POLÍTICAS NACIONAIS DE PATRIMÔNIO DOS PALOP

Após observar a atuação direta da UNESCO no território dos países através da análise das viagens de missões realizadas por seus consultores e da descentralização de suas atividades a partir da atuação dos C2C, bem como o papel de ONG's voltadas às práticas de preservação do patrimônio, considero oportuno analisar as normas do patrimônio cultural existentes na escala nacional destes países, em busca de entender as relações entre global, regional e nacional construídas a partir do patrimônio.

A ideia geral desta parte do trabalho é tentar pensar nos pontos em comum e nas diferenças existentes nas políticas de patrimônio nacional destes países, considerando que a comparação busca revelar justamente regularidades e exceções - recorrências, diferenças ou anomalias - capazes de ampliar a compreensão global das manifestações de um determinado fenômeno (Badie, 1998).

Nesta parte do trabalho considero o aparato administrativo e legal como uma etapa fundamental dos processos de formação dos Estados (Souza Lima, 2002) e que a análise das legislações referentes ao patrimônio contribuirá para o entendimento dos limites e possibilidades de construção das representações territoriais na escala nacional. Assim, não se trata de reforçar ou mesmo questionar qualquer “falsa unidade da África lusófona”, conforme discutido por Margarido (1994), mas apenas de compreender as regularidades e diferenças dadas aos sentidos do patrimônio nestes países.

Início esta parte do trabalho a partir de uma análise da presença do patrimônio nas cartas constitucionais. Considero que estes documentos definem a política geral da nação e expressam as ideias circulantes em um determinado tempo e espaço. A proposta é compreender como a relação entre Estado, patrimônio e território foi estabelecida, a partir da observação do contexto internacional em que estavam inseridos os países. Em seguida, observarei de maneira específica as leis do patrimônio de cada país de forma comparativa, utilizando uma tabela inspirada no trabalho de Chuva (2009: 168-169).

4.1 - O Patrimônio nas Constituições dos PALOP

As primeiras constituições dos PALOP surgem vinculadas as ideologias dos partidos formados pelos movimentos de luta de independência pós 1975. Naquela época, no momento em que as políticas de patrimônio mundial realizavam as primeiras

inscrições na WHL, a temática do patrimônio foi pouco abordada na formação das normas gerais de proteção dos países.

Em Angola, a constituição de 1975 não apresenta referência à proteção do patrimônio cultural ou natural, fazendo apenas uma breve referência no artigo 12º a preservação dos recursos da natureza para a utilização por parte do Estado e do povo angolano. Segundo o artigo 24º caberia ao Estado a proteção do meio ambiente, devendo ser punidos pela lei qualquer ato que direta ou indiretamente prejudique a qualidade de vida da população. Talvez a presença de artigos preocupados com os aspectos ambientais na constituição de um país saído de uma guerra de independência ocorra pela necessidade de reconhecimento internacional, já que em 1972 acontecia a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, na Suécia, com o objetivo de estabelecer metas de sustentabilidade e repensar as relações entre homem e natureza.

Apenas na Constituição promulgada em 2010 a temática do patrimônio cultural iria se fazer presente no documento principal de Angola. É interessante observar que este item surge no artigo 12º, relativo às Relações Internacionais, onde a República de Angola pretende reforçar a identidade africana a partir da defesa do patrimônio cultural dos povos. Nesta mesma constituição o patrimônio é apresentado como um recurso territorial, importante para se alcançar o desenvolvimento harmonioso dos limites angolanos. Desta forma, no artigo 21º, sobre as tarefas fundamentais do Estado, fica instituído o dever de promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo o ambiente, os recursos naturais e o patrimônio histórico, cultural e artístico nacional; além de proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como patrimônio cultural e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação. Neste documento, portanto, a República de Angola já considera a língua como um patrimônio imaterial capaz de formar a nação e dar uma feição específica ao território, diferenciando-o dos outros países. A constituição de 2010 também apresenta um artigo único destinado ao patrimônio histórico, cultural e artístico. No artigo 87º fica estabelecido que os cidadãos e as comunidades têm direito ao respeito, a valorização e a preservação da identidade cultural, linguística e artística, cabendo ao Estado a promoção e o estímulo deste direito. Através da leitura do texto da constituição é possível observar que apesar de incluir elementos imateriais, demonstrando uma atenção aos movimentos internacionais de

reconhecimento do patrimônio imaterial, Angola não considerou os elementos da natureza como parte representativa do patrimônio do povo angolano.

Em outro momento, passados dez anos da conquista da independência de Portugal e com algumas missões técnicas da UNESCO já realizadas no território do país anexo I) e com mais de 100 bens já inscritos na WHL, Guiné-Bissau elabora em 1984 sua primeira constituição. Neste documento o patrimônio cultural é uma ferramenta para a preservação da identidade cultural e teria uma função de estimular o desenvolvimento harmonioso da sociedade. Assim, de acordo com o artigo 17º desta lei, o Estado deve preservar e defender o patrimônio cultural do povo guineense para garantir a dignidade humana.

É interessante notar que, apesar da inscrição da Ilha de Moçambique na WHL em 1991 e da realização de missões da UNESCO no território do país no final da 1980, a constituição publicada em 1990 apresenta apenas em seu artigo 35º a propriedade do Estado em relação ao patrimônio arqueológico. Outra referência a elementos culturais como importantes para a garantia da sociedade moçambicana são destacadas no artigo 53º, que também coloca como dever do Estado a disseminação da cultura do país. Apesar disto, Moçambique conta com uma Lei específica que ordena a classificação de patrimônios no país desde 1988, como apresentarei adiante.

Cabo Verde talvez seja o Estado do grupo analisado com a temática do patrimônio mais presente na carta magna. Publicada em 1992, após disputas políticas internas entre o PAICV e o Movimento para a Democracia (MpD) (Cf. Nascimento, 2004), a constituição define como tarefa do Estado a proteção da paisagem, da natureza, dos recursos naturais e do meio ambiente, bem como do patrimônio histórico-cultural e artístico nacional. O caráter popular de defesa do patrimônio também é evidenciado pela constituição, ao conferir ao povo o direito de promover a prevenção, a cessação ou a perseguição judicial das infracções contra a saúde, o ambiente, a qualidade de vida e o patrimônio cultural. O artigo 78º da constituição garante a todos o direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o patrimônio cultural. Todos esses direitos são desenvolvidos pelo Estado em associação com o povo cabo-verdiano ou em parceria com outros agentes culturais, não especificados pelo texto consultado. Para garantir este direito, o Estado cabo-verdiano fica incumbido de promover a salvaguarda e a valorização do patrimônio cultural, histórico e

arquitetônico. Por fim, o artigo 84º, sobre os deveres dos cidadãos, bem como o artigo 244º, sobre as Missões das Forças Armadas, colocam como obrigação defender e promover a saúde, o ambiente e o patrimônio cultural e arqueológico submarino do país.

Por fim, São Tomé e Príncipe conta com uma constituição revisada em 2003 onde a temática do patrimônio cultural aparece de forma superficial no artigo 56º, ao tratar da cultura e do desporto. Neste artigo, o Estado assume o papel de defensor e de valorizador do patrimônio cultural do povo São-tomense.

Observando as constituições nacionais dos PALOP, podemos notar a presença do patrimônio de maneiras variadas. Estas formas indicam o reconhecimento desta categoria como um recurso de identificação e coerência territorial através da norma principal do país. Porém, os artigos presentes nas constituições tornam-se aplicáveis apenas através da formação de legislações nacionais específicas, que regulamentam a ação e definem os critérios a serem trabalhados pelo Estado.

4.2 - As leis de proteção do patrimônio cultural dos PALOP

As leis específicas dos Estados relativas a proteção do patrimônio cultural são verdadeiras fontes de análise das possibilidades de construção do território pela cultura. Através destas leis, podemos ver quais elementos são possíveis de serem valorizados na escala nacional ou refletir sobre a influência das instituições globais de patrimônio na formação do território.

A tabela 8 apresenta um quadro comparativo destas leis nacionais e destaca as definições de patrimônio cultural em cada país, os procedimentos para classificação, a estrutura do órgão de proteção e os elementos possíveis de serem reconhecidos. Considero que estas leis fazem parte da sociedade política dos PALOP através do controle e delimitação do tema específico do patrimônio, representando um discurso em posição dominante. Neste sentido, concordo com Chuva (2009: 152) que afirma que “um texto de lei deve ser lido como elemento constituinte da sociedade política, cuja função coercitiva, no sentido da imposição de regras de controle, assegura “legalmente” a disciplina sobre o conjunto da sociedade” e busco, de certa forma, situar na história e na geografia estas manifestações das sociedades políticas lusófonas na África.

A partir deste quadro comparativo podemos observar que as leis bases dos patrimônios nacionais dos PALOP foram estabelecidas em momentos distintos,

apresentando por isto algumas diferenças. A lei de Moçambique, por exemplo, foi promulgada em 1988 e não faz referência à participação da sociedade civil no âmbito da proteção patrimonial.

Outra diferença é em relação ao objeto das Leis. Para Angola, a lei deve criar as bases políticas e regimentais para a construção da identidade cultural Angolana. Nesta situação, o patrimônio assume um papel significativo na produção de uma unidade territorial, já que esta lei deve ser aplicada coercitivamente dentro dos limites de Angola. De forma semelhante, a legislação de São Tomé e Príncipe tem como objeto não a criação de um regime administrativo, mas a proteção contra a destruição dos bens histórico-culturais do país. O medo da exportação ilícita dos bens móveis e da degradação é apresentado, justificando-se a proteção como uma forma de evitar a perda dos elementos caros à identidade nacional.

Em relação à definição do que estes países consideram como sendo patrimônio há, também, algumas diferenças. A legislação de Angola é extremamente ampla, indicando que todos bens podem ser considerados como patrimônio, desde que sejam considerados como tais, pelos usos e costumes e até pelas convenções internacionais, que vinculem o Estado Angolano. Neste sentido, Angola apresenta uma abertura às instituições externas, já que aceitam possíveis classificações como sendo representantes de seu patrimônio. É importante lembrar que em 2000 e 2003 Angola recebeu missões da UNESCO sobre a reabilitação do seu patrimônio cultural (Tabela 1) e passou a integrar em 2016 o Comitê do Patrimônio Mundial, indicando assim uma aproximação com a UNESCO.

Quanto aos elementos passíveis de receberem um reconhecimento legal como integrante do patrimônio destes países e assim classificarem o território nacional, novamente a legislação de Angola é a mais abrangente. Neste tópico, também chama a atenção a lei de São Tomé e Príncipe, que considera os bens criados pelo povo são-tomense ou até os elementos já existentes no território nacional. Talvez, a lei faça alguma referência aos elementos do período colonial, que não representariam construções do povo de São Tomé e Príncipe, mas são parte do território do país.

Quanto as obrigações do Estado, a legislação de Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe deixa claro que as instituições locais têm obrigação de participar nos objetivos da Lei. A gestão do patrimônio torna-se um aspecto compartilhado entre as

escalas do nacional e do local, o que exigiria uma capacitação maior e mais diversificada de técnicos capacitados para cuidar das especificidades dos bens registrados. Por outro lado, a definição de uma relação formal entre a instituição nacional e as instituições locais pode favorecer a criação de redes de técnicos e instituições, o que consolidaria o controle sobre determinado território.

Em relação a presença de um reconhecimento do patrimônio natural, as legislações seguem indicações presentes em algumas missões da UNESCO sobre a necessidade de articular em um mesmo órgão a proteção de elementos da natureza⁷¹. Também é interessante observar que São Tomé e Príncipe segue uma abordagem tradicional da paisagem, ao considerar ela como uma representante específica das políticas patrimoniais voltada para os elementos naturais.

Por fim, em relação ao patrimônio imaterial, todas as leis consideraram a possibilidade de preservar elementos intangíveis da cultura. Chama a atenção que todos os países analisados buscam dar destaque às línguas nacionais, como importante forma de afirmação identitária e representativa do período de libertação.

⁷¹ Sobre isso, pode-se observar o relatório da missão desenvolvida por H. L. Warburton à Moçambique (Cf. Tabela 1)

Tabela 8: Quadro comparativo das legislações de proteção do patrimônio dos PALOP

Lei	Angola Lei n.º14 de 07 de Outubro de 2005	Cabo Verde Lei n.º 102/III de 29 de Dezembro de 1990	Moçambique Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro 1988	São Tomé e Príncipe Lei n.º 4 de 02 de Junho de 2003
1) Objeto da lei	Estabelecer as bases da política e do regime de proteção e valorização do Patrimônio Cultural considerado como de interesse relevante para compreensão, permanência e construção da identidade cultural angolana	A preservação, a defesa e a valorização do patrimônio cultural Cabo Verdiano	Proteção legal dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural moçambicano	Proteção dos bens culturais que constituem o patrimônio histórico-cultural contra a destruição, a transformação, a manipulação, a devastação, a alienação, a exportação e importação ilícitas, bem como a sua salvaguarda
2) Definição de patrimônio	Todos os bens materiais e imateriais, que pelo seu reconhecido valor devem ser objeto de tutela do direito. Constituem, ainda, Patrimônio Cultural Angolano quaisquer outros bens que, sejam considerados como tais, pelos usos e costumes e pelas convenções internacionais, que vinculem o Estado Angolano.	Conjunto de bens materiais e imateriais criados pelo povo Cabo Verdiano com relevância para a formação e desenvolvimento da identidade cultural	Conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo Povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana. O patrimônio cultural é constituído por bens culturais imateriais e materiais.	Conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo povo santomense ao longo da história, com relevância para a formação e o desenvolvimento da identidade cultural santomense.
3)Elementos passíveis de reconhecimento	As línguas nacionais, os testemunhos históricos, paleontológicos, arqueológicos, arquitetônicos, artísticos, etnográficos, biológicos, industriais, técnicos e todos os documentos refletindo valores da memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, exemplaridade, singularidade e outros bens culturais, que pela sua natureza mereçam a tutela do Estado Angolano	Monumentos históricos, monumentos naturais, sítios; Bens móveis	Monumentos, conjuntos, locais ou sítios e elementos naturais.	Bens culturais imateriais; Bens culturais criados ou já existentes no território nacional quer sejam móveis ou imóveis;
4)Obrigações do Estado	Obrigação do Estado e demais entidades públicas e privadas promover a	Preservar, defender e valorizar o patrimônio cultural do povo Cabo	Incentivar a criação de instituições científicas e	Constituem obrigações do Estado preservar, defender e

	salv guarda e valorizaç ão do Patrim ãnio Cultural do povo angolano	Verdiano. Constituem tãbem obrigaç ões das autarquias locais preservar, defender e valorizar o patrim ãnio cultural na sua respectiva á rea de jurisdiç ão	técnicas; Promover atrav és dos órg ãos locais a proteç ão, conservaç ão, valorizaç ão e revitalizaç ão de bens classificados situados no seu âmbito territorial; Promover a criaç ão de associaç ões de proteç ão e valorizaç ão do patrim ãnio cultura	valorizar o patrim ãnio hist órico-cultural do povo santomense; Constituem tãbem obrigaç ões das Autarquias Locais preservar, defender e valorizar o patrim ãnio hist órico-cultural que se encontra na respectiva á rea de jurisdiç ão e nos termos da legislaç ão competente.
5)Participaç ão da populaç ão	Direito e dever de todos os cidad ãos preservar, defender e valorizar o Patrim ãnio Cultural	Direito e dever de todo cidad ão preservar, defender e valorizar o patrim ãnio	Sem referênc ia	Direito e dever de todos cidad ãos preservar, defender e valorizar o patrim ãnio hist órico-cultural santomense
6)patrim ãnio natural	Formaç ões f ísicas e as espéc ies biol ógicas ou grupos de tais formaç ões e conjuntos de tais espéc ies que tenham valor do ponto de vista est ético ou cient ífico; as formaç ões geol ógicas e fisiogr áficas e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espéc ies animais e vegetais e que tenham valor do ponto de vista da ci ência ou da conservaç ão; sítios ou zonas naturais estritamente delimitadas que tenham valor do ponto de vista da ci ência ou da conservaç ão; os sítios e lugares paisag ísticos de excepcional beleza natural	Fauna e a flora ameaçadas de desaparecimento ou que constituam espéc ies raras, as formaç ões geol ógicas particulares, os sítios naturais cuja conservaç ão apresente um interesse lendário	Formaç ões f ísicas e biol ógicas que tenham particular interesse, do ponto na vista est ético ou cient ífico. As formaç ões geol ógicas e fisiogr áficas e á reas que constituam o <i>habitat</i> de espéc ie ameaçadas de animais ou plantas de grande valor do ponto de vista da ci ência ou da conservaç ão da natureza; As aéreas delimitadas de reconhecido valor sob o ponto de vista da ci ência ou da conservaç ão da natureza, nomeadamente parques e reservas	A proteç ão da paisagem natural é declarada “de interesse geral” por Decreto, sendo que a partir da data de notificaç ão do Decreto em quest ão, os proprietários que possuem bens dentro da zona de proteç ão, ou os que a ele t êm direito, s ão submetidos às prescriç ões fixadas no referido diploma, a saber: Os monumentos naturais ou paisagens protegidas n ão podem ser destruídos nem modificados, excepto com a autorizaç ão especial do serviço competente do patrim ãnio cultural e por decis ão do membro do Governo respons ável pela á rea da Cultura;

7)patrimônio imaterial	Conjunto das manifestações culturais tradicionais e populares que são criações colectivas emanadas de uma comunidade, fundadas na tradição e transmitidas fundamentalmente por métodos orais ou através de gestos e se vão modificando com o tempo por um processo de recreação colectiva	Proteção dos valores de integridade, verdade e autoria das criações culturais; proteção e fomento da língua cabo-verdiana; Valorização do património etnográfico.	Elementos essenciais da memória colectiva, tais como história e a literatura oral, as tradições populares, os ritos e o folclore, as próprias línguas nacionais e ainda obras do engenho humano e todas as formas de criação artística e literária	Promover o respeito dos valores gerais da cultura e a defesa da identidade e memória colectiva santomense; Promover a proteção e o fomento dos crioulos de S. Tomé e Príncipe e incentivar a sua utilização nas escolas
------------------------	---	---	--	---

Fonte: Informações coletadas nas respectivas Leis de proteção do património cultural dos países.

CONCLUSÃO

Apesar de a geografia não ter se interessado sobre a produção de políticas de patrimônio como um objeto de estudo e ter renegado durante muito tempo estas ações como transformadoras do território em função de um longo olhar economicista desenvolvido a partir dos anos 1960 no contexto acadêmico da disciplina, as possibilidades de análise foram expandidas pós anos 2000, com a ampliação da categoria patrimonial, mas também com a ampliação de estudos geográficos sobre o tema.

Com esta visão, o presente trabalho apresentou a inserção dos PALOP no processo global de patrimonialização, considerando que as ações e normas produzidas por instituições intergovernamentais e ONG's transformam os territórios destes países. Ao observar como determinadas instituições atuam na África portuguesa, procurei mostrar que a construção de uma política de patrimônio nacional não passou unicamente pela figura do Estado, mas significou a articulação de diversos atores e instituições através de um pacto internacional voltado à preservação de memórias específicas.

É importante lembrar que o Estado possui autônima e soberania para utilizar ou não as consultorias internacionais, aceitar a participação de uma ONG ou recusar suas funções. Porém, mostrei neste trabalho como outras organizações atuaram na realização de políticas do patrimônio, alterando a agenda política dos países. Desta forma, considero que a inserção destes países nos processos de patrimonialização global representa um objeto possível de ser analisado pela abordagem da geopolítica crítica americana, pois através da articulação de instituições atuantes em escalas variadas no âmbito do patrimônio as representações e o próprio território de um grupo de países foi construído.

No caso das ações desenvolvida pela UNESCO, instituição intergovernamental atuante na escala global, foram analisadas as missões técnicas realizadas no território dos PALOP. Considerei que estas missões ocorreram em três grupos distintos e produziram uma maneira de observar e gerir os territórios recém-independentes: 1) Missões de formação das estruturas políticas de cultural; 2) Missões de identificação do patrimônio; 3) Missões técnicas. Os grupos das missões não se diferenciavam pelos seus objetivos, quase sempre semelhantes nos relatórios, mas sim pela linguagem utilizada e os discursos apresentados. Enquanto as missões de formação das estruturas políticas da

cultura utilizaram uma linguagem descritiva e positiva da superação dos problemas financeiros e técnicos através do patrimônio, as missões de identificação do patrimônio realizaram uma listagem de bens que poderiam ser encaixados nos contornos semânticos modernos do patrimônio ocidental (Gonçalves, 2009 e Abreu, 2007). Já o terceiro grupo de missões utiliza um linguajar técnico para apresentar projetos e justificar a aplicação de recursos financeiros nacionais e internacionais, bem como para inscrever bens na WHL.

Também foi apontado que a presença da UNESCO na África transformou bastante o território dos países, criando contextos regionais variados. Foi possível neste trabalho observar como o contexto regional dos PALOP é diferenciado para cada país, a partir de uma proposta de regionalização que considerou o patrimônio mundial. Observando estas regionalizações, pode-se concluir que em função de diferenças históricas e interesses tão difusos dos grupos de países, torna-se difícil pensar em candidaturas mistas ou transfronteiriças como forma de unir forças dos países para ingressar na WHL, como pensando ao longo dos cursos realizados pela EPA em São Tomé e Príncipe. De forma semelhante, uma candidatura que organize os PALOP também parece ainda distante, em função das diferenças sociais, políticas e históricas internas, além da distância geográfica existente entre os países do grupo.

Este contexto regional heterogêneo complexifica a geopolítica do patrimônio mundial, pois inclui novos atores e escalas responsáveis pela produção de ações nos territórios dos países em questão. Assim, no momento em que a UNESCO descentralizou suas atividades e inseriu em sua rede de ações os Centros de Categoria 2, as relações de disputa, conflito e tradução de normas e técnicas do global para o nacional tornaram-se mais densas. De forma semelhante, a presença de ONG's educacionais ou vinculadas a órgãos de maior relevância técnica amplia os interesses geopolíticos ao incluir os territórios da África e dos PALOP na busca pelo desenvolvimento. Estas novas organizações são compostas por novos atores, vinculados a Estados hegemônicos na produção de técnicas e normas patrimoniais a nível regional, como o Brasil e a África do Sul. Através da publicação de documentos, realização de encontros e missões técnicas, estas instituições buscam influenciar a produção teórica e técnica dos países em sua área de abrangência. Assim, o Centro Lúcio Costa, o *African World Heritage Fund*, a *École du Patrimoine African* e o *Centre for Heritage*

Development in Africa configuram-se como 4 importantes atores na produção de representações sobre o território destes países, legitimando discursos e técnicas dominantes a partir de uma escala regional.

Um outro aspecto importante que foi possível observar ao longo do trabalho é como o patrimônio mundial está construído através de uma rede de relações técnicas e pessoais. É interessante como os diretores dos mesmos centros aplicam projetos e possuem voz na liberação de verbas do Fundo do Patrimônio Mundial. Da mesma forma nota-se como a contratação de *experts* do patrimônio está vinculada a participação nos centros de poder, como no caso da produção do plano de gestão da Ilha de Moçambique.

Também foi observável no trabalho a manutenção do discurso da incapacidade dos gestores africanos nas justificativas de ações externas. Durante todas essas ações os países da África, em especial os PALOP, foram descritos como locais de falta de capacidade técnica. Considero que esta afirmação já não se sustenta, sobretudo ao observar as leis nacionais de proteção do patrimônio nos países, bem como os corpos técnicos dos PALOP envolvidos com estas políticas. Persistir nesta afirmação não seria também um reconhecimento de falha na solução da questão: Depois de tantas ações, cursos, capacitações e auxílios, os países da África continuam sem técnicos treinados ou a noção de patrimônio e os critérios de avaliação são voltados para padrões eurocêntricos?

Continuidades deste trabalho devem buscar compreender de forma mais efetiva qual a influência da instituição global nas políticas nacionais. Contudo, considero que este objetivo deva ser feito em estudos individualizados e não através de análise mais gerais do grupo. Neste sentido, as produções teóricas e metodológicas da antropologia possam ser mais interessantes, pois ela permitiria essa compreensão a partir das análises internas das instituições. Uma possibilidade seria o treinamento de antropólogos já envolvidos na burocracia dos PALOP, para estimular a produção de trabalhos na área de antropologia política sobre as relações entre as políticas nacionais e de patrimônio mundial.

Por fim, acredito que foi possível apresentar uma forma de trabalhar a relação entre geografia e patrimônio para além das análises tradicionais que vinculam a proteção de elementos ao turismo ou que utilizam os referenciais marxistas e culturais. Também acredito que foi possível inserir a África, de forma geral, e especificamente os

PALOP, na agenda de pesquisas da geografia brasileira. Outro aspecto que julgo importante deste trabalho foi colocar o geógrafo como importante analista das atividades de gestão patrimonial, a partir de uma compreensão espacial e da diferenciação regional e territorial.

Algumas reflexões foram geradas com o desenvolvimento desta pesquisa que podem embasar pesquisas futuras: 1) como podemos produzir uma regionalização de toda a África que considere o patrimônio mundial? 2) qual o papel das agências de cooperação dos países centrais na produção de projetos de preservação da memória na África? 3) após tantos cursos de capacitação, quais novos discursos são utilizados pelos países centrais para justificar a execução de atividades no continente africano? 4) Como a UNESCO pode, de fato, contribuir para alcançar uma WHL mais equilibrada e representativa? 5) Para além do Brasil, que outros países apresentam interesses estratégicos junto aos PALOP e por quais motivos? e 6) Como outras organizações e grupos políticos da África (como o CEDAO, UCCLA, União Africana, etc...) podem desenvolver ações voltadas para a preservação do patrimônio, de modo a alcançar uma WHL mais equilibrada e representativa e um fortalecimento das instituições nacionais? Estas seis perguntas são caminhos abertos por esta pesquisa que proponho seguir no futuro próximo.

BIBLIOGRAFIA

- ABÉLÈS, Marc. Le global-politique et ses scènes. In: ABÉLÈS, Marc. **Des anthropologues à l'OMC: scènes de la gouvernance mondiale**. Paris: Éditions Du Cnrs, 2011. p. 111-140.
- ABÉLÈS, Marc. Politique et globalisation: Perspectives anthropologiques. **L'homme**, Paris, v. 186, n. 185, p.133-143, jan. 2008.
- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p.5-26, jan 1998.
- ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. Patrimônio Cultural: Tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. **Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 263-287.
- ABREU, Sylvio Fróes de. O crescimento do patrimônio mineral do Brasil no último decênio. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.3, n. 4, p.771-785, dez. 1941.
- AGNEW, John. “Baja” geopolítica: agencias de calificación crediticia, la privatización de la autoridad y la nueva soberanía. **Geopolítica(s): Revista de estudios sobre espacio y poder**, Madrid, v. 2, n. 3, p.171-183, jan. 2012.
- ALMEIDA, Carla. Ilha de Moçambique: o património e os usos da 'comunidade'. In: SILVA, Maria Cardeira da. **Castelos a Bombordo: Etnografias de Patrimónios Africanos e Memórias Portuguesas**. Lisboa: Cria, 2013. p. 248-260.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do cerrado. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, GO, v.4, n.1, p.36-63, fev. 2010
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 336 p
- BADIE, Bertrand. **Política comparada**. México: Fondo de Cultura Económica 1998
- BERLINER, David; BORTOLOTTI, Chiara. Introduction: Le monde selon l'UNESCO. **Gradhiva: Revue d'anthropologie et d'histoire des arts**, Paris, v. 1, n. 18, p.4-21, jan. 2013.
- BERTACCHINI, Enrico; LIUZZA, Claudia; MESKELL, Lynn. Shifting the balance of power in the UNESCO World Heritage Committee: an empirical assessment. **International Journal Of Cultural Policy**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.1-21, jun. 2015.
- BORTOLOTTI, Chiara. Introduction: le trouble du patrimoine culturel immatériel. In: BORTOLOTTI, Chiara. **Le patrimoine culturel immatériel: Enjeux d'une nouvelle catégorie**. Paris: Éditions de La Maison des Sciences de L'homme, 2011. p. 21-46. (Ethnologie de la France).
- BORTOLOTTI, Chiara. The French Inventory of Intangible Cultural Heritage: Domesticating a Global Paradigm into French Heritage Regime. In: BENDIX, Regina F.; EGGERT, Aditya; PESELMANN, Arnika. **Heritage Regimes and the State**. Göttingen: Universitätsverlag Göttingen, 2012. p. 265-282. (Göttingen Studies in Cultural Property, Volume 6).
- BROCCOLINI, Alessandra. Intangible Cultural Heritage Scenarios within the Bureaucratic Italian State. In: BENDIX, Regina F.; EGGERT, Aditya; PESELMANN, Arnika. **Heritage Regimes and the State**. Göttingen: Universitätsverlag Göttingen, 2012. p. 283-302. (Göttingen Studies in Cultural Property, Volume 6).
- BRUNET, Roger; FERRAS, Robert; THÉRY, Hervé. **Les mots de la géographie: dictionnaire critique**. Montpellier: RECLUS, 1992.

- CABRAL, Nelson Eurico. **Le Moulin et le pilon**: les îles du Cap-Vert. Paris: L'harmattan; Agence de Coopération Culturelle Et Technique, 1980. 185 p.
- CALISKEVSTZ, Viviane Regina. O Ferroviário como patrimônio cultural intangível. **Terraplural**, [s.l.], v. 5, n. 1, p.121-136, 20 jul. 2011.
- CARVALHO, Afrânio de. A lei agrária e a geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p.535-553, dez. 1948.
- CASTAÑO, Inês Filipa Abreu de. **São Tomé e Príncipe**: Cultura(s)/Património(s)/Museu(s). 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Museologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.
- CASTRO, Iná Elias de Castro. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: Conceitos e Temas. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 299 p.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2006. 282 p.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- CHUVA, Márcia. Forjar patrimônio em campo: deslocamentos e missões no Brasil e na África nos anos 1950-1960. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p.29-46, maio 2016
- CLAVAL, Paul. Hérodote and the french left. In: DODDS, Klaus; ATKINSON, David. **Geopolitical Traditions**: A century of geopolitical thought. London: Routledge, 2000. p. 239-267
- CONCEIÇÃO, Erick Gomes; CASTRO, Janio Roque Barros de. O carnaval de maragogipe-ba como patrimônio imaterial: Uma leitura a partir da geografia cultural. **Caminhos de Geografia**, S.i, v. 15, n. 50, p.114-126, maio 2014.
- CONCEIÇÃO, Luana Fantinatti da et al. Geologia e Turismo: perspectivas para a geoconservação e a promoção do geoturismo no município de Pirenópolis-Go. **Ateliê Geográfico**, Goiana, v. 3, n. 3, p.74-91, 8 jan. 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-22, jan. 1995b.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e simbolismo. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (ORGs.). **Olhares Geográficos**: Modos de ver e viver o espaço. Bertrand Brasil, 2012. pp.101-131
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: Castro, Iná Elias de.; Gomes, Paulo Cesar da Costa.; Corrêa, Roberto Lobato, (orgs.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995a, p.15 – 48
- CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. Geo Crítica/Scripta Nova. **Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de febrero de 2005, vol. IX, núm. 183. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-183.htm>> acesso em dezembro de 2015
- CORRÊA, Roberto Lobato. Processos espaciais e a cidade. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.41, n.3, p.100 - 110, set. 1979.

- COSTA, Everaldo Batista da. Refuncionalização de patrimônio cultural e a nova racionalidade da organização sócioespacial em núcleos urbanos tombados. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 2, n. 6, p.53-73, jun. 2008.
- COSTA, Otávio. Memória e Paisagem: Em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p.1-16, jan-jun. 2003.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2013. 349 p.
- COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel. Imaginando o combatente do PAIGC: a construção dos heróis nacionais na imprensa do pós-independência na Guiné-Bissau e em Cabo Verde. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (eds.). **Comunidades Imaginadas: Nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.173-181.
- CRATERRE-ENSAG; FRANCE-UNESCO, Convention. **Cultural Heritage & local development: A Guide for African Local Governments**. Grenoble: Imprimerie Bastianel, 2006. 112 p
- CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. "Patrimonialização do patrimônio": ensaio sobre a relação entre turismo, "patrimônio cultural" e produção do espaço. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 31, n. 1, p.95-104, jan. 2012.
- CRUZ, Suzel. **Turismo e Patrimônio Cultural em Cabo Verde: A perspectiva da oferta**. 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento, Instituto Superior da Maia, Maia, 2013.
- DEFFONTAINES, Pierre. Geografia humana do Brasil: Os elementos da natureza e a luta do homem. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.19-67, jan. 1939.
- DI MÉO, Guy; CASTAINGTS, Jean-pierre; DUCOURNAU, Colette. Territoire, patrimoine et formation socio-spatiale (exemples gascons). **Annales de Géographie**, Paris, v. 573, n. 102, p.472-502, jan. 1993.
- DI MÉO, Guy. Patrimoine et territoire: une parenté conceptuelle. **Espaces et Sociétés**, Paris, n. 78, 16-34, 1995
- DIAS, Juliana Braz. Registros fonográficos da música cabo-verdiana: mercadoria e patrimônio. In: SANSONE, Lívio (org.) **Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades**. EDUFBA, Salvador, 2012, pp: 41 – 66
- FERREIRA, Anna Cristina Andrade. **O descuido de se tombar: A importância da paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Território**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 65-83, 2000.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: IPHAN, 2009.
- GARCIA, José Luís Lima. O mito de Gungunhana na ideologia nacionalista de Moçambique. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (eds.). **Comunidades Imaginadas: Nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.131-148.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Geografia e planejamento. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.29, n.3, p.111-119, set. 1941.

- GOMES, Lourenço. Valorização do património da cidade contemporânea: Dois casos de estudo no Centro Histórico da Praia em Cabo Verde. **Próximo Futuro**. Lisboa, p. 1-19. fev. 2010.
- GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: Castro, Iná Elias de.; Gomes, Paulo Cesar da Costa.; Corrêa, Roberto Lobato, (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995, p.49 – 76
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.
- JAMES, Preston. O problema da colonização permanente no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p.70-85, dez. 1939.
- JOPELA, Albino. **Manual de conservação do Patrimônio Cultural Imóvel em Moçambique**. Maputo: Ministério da Cultura, 2012. 79 p.
- LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: Iphan / Copedoc, 2008. 347 p. (Pesquisa e Documentação do IPHAN).
- LEITE, Francisco Barboza. Como era o território das missões. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.45, n.2, p.257 - 259, dez. 1983.
- LEITE, Francisco Barboza. Olinda. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.44, n.2, p.385 - 387, dez. 1982.
- LEITE, Francisco Barboza. Paraty. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.43, n.4, p.635 - 637, dez. 1981.
- LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de. A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In: LIMA Filho, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau, SC: Nova Letra, 2007, PP.21-44
- MACHADO, Jurema. A UNESCO e o Brasil: Trajetória de Convergências na Proteção do Patrimônio Cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra; RAMBELLI, Gilson. **Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 116-128.
- MACHADO, Lia. A fronteira agrícola na amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.54, n.2, p.27 - 57, abri. 1992.
- MARGARIDO, Alfredo. Pour une histoire des géopolitiques culturelles des îles du Cap-Vert. **Lusotopie: Géopolitiques des mondes lusophones**, Paris, v. 1, n. 1, p.103-113, jan. 1994.
- MARIZ, Vera Félix. O restauro do pelourinho da Cidade Velha – Cabo Verde (1962-1970): Um processo de legitimação e consagração da memória. *Revista Africana Studia*, Porto, v. 1, n. 18, p.225-250, jun. 2012.
- MARIZ, Vera Félix. A “MEMÓRIA DO IMPÉRIO” OU O “IMPÉRIO DA MEMÓRIA”: A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO PORTUGUÊS ULTRAMARINO (1930-1974). 2016. 982 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.
- MARTINS, Antônio. **Legislação sobre a defesa do patrimônio em Cabo Verde**. 2011. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Patrimônio e Desenvolvimento, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Cabo Verde, Praia, 2011.

MARTINS, Mariana Cañas. **Paisagem em circulação**: O imaginário e o patrimônio paisagístico de São Francisco do Sul em cartões-postais (1900 - 1930). 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MELO FILHO, Dirceu Cadena de. **Para além da fisionomia**: Identificação da paisagem cultural do centro do Recife. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MESKELL, Lynn. States of Conservation: Protection, Politics, and Pacting within UNESCO's World Heritage Committee. **Anthropological Quarterly**, Washington, Dc, v. 87, n. 1, p.217-243, jan. 2014.

MOURÃO, Daniele Ellery. **África “na pasajen”**: identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NASCIMENTO, João Octávio da Rocha. Nação e Estado na Constituição da República de Cabo Verde. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2004, Coimbra. **Anais...** . Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2004. p. 1 - 11.

NDORO, Webber. World Heritage Sites in Africa: What Are the Benefits of Nomination and Inscription. In: LOGAN, William; CRAITH, Máiréad Nic; KOCKEL, Ullrich. **A Companion to Heritage Studies**. New Jersey: Wiley-blackwell, 2015. p. 392-409.

NEVES, Karina Fernanda Travagim Viturino. De cabaré a espaço cultural: um olhar geográfico sobre o patrimônio histórico de Ilhéus-BA a partir do estudo do caso Bataclan. **Geotextos**, Salvador, v. 5, n. 1, p.113-141, jun. 2009.

NIGRO, Cíntia. A institucionalização do patrimônio ambiental urbano na cidade de São Paulo: Uma análise geográfica. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 13, n. 1, p.107-122, jan. 1999

NOGUEIRA, Gláucia. Batuko de Cabo Verde: percurso histórico-musical. In: SANSONE, Lívio. **A política do intangível**: museus e patrimônios em novas perspectivas. Salvador: Edufba, 2012. p. 47-70.

NOVAES, André Reyes. **Fronteiras Mapeadas**: Geografia Imaginativa das Fronteiras Sul-Americanas na Cartografia da Imprensa Brasileira. 2010. 370 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/07/2010-Fronteiras-Mapeadas-ARN.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

Ó TUATHAIL, Gearóid; AGNEW, John. Geopolitics and discourse: Practical geopolitical reasoning in American foreign policy. **Political Geography**, v. 11, n. 2, p.190-204, mar. 1992.

Ó TUATHAIL, Gearóid. **Critical geopolitics**: The politics of writing global space. London: Routledge, 1996. 250 p.

OLIVEIRA, Christian Dennys; LIMA, Francisco John Lennon Alves Paixão; CARNEIRO, Icla Tamara Alves. Representações do patrimônio na geografia escolar: o imaginário da festa religiosa cearense no Ensino Médio. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [s.i.], v. 17, n. 3, p.127-142, 3 jan. 2014.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. Centros históricos: Mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. **Geographia**: Revista de pós-graduação em Geografia, Niterói, v. 7, n. 14, p.25-41, jun. 2005.

- PAES, Maria Tereza Duarte. Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: Das heranças simbólicas às reprodução de signos culturais. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n. 2, p.319-334, maio 2012.
- PETRONE, Pasquale. A região de São Luis do Paraitinga (Estudo de geografia humana). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.21, n.3, p.239-337, set. 1941.
- PIRES, Fernando. Ribeira Grande de Santiago Patrimônio da Humanidade: O trajeto de uma candidatura. **Cabo dos Trabalho**, Coimbra, v. 1, n. 12, p.1-21, jun. 2016.
- RIBEIRO, Cecília. **O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil**.2012. 181 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. 152p. 149
- ROSSINI, Rosa Ester. Editorial. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, v., n. 29, p.171-186, jun. 2011
- SANSOLO, Davis Gruber; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Geografias do turismo no vasto continente africano. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 1, n. 29, p.171-186, jan. 2011.
- SANZ, Nuria. **Human origin sites and the World Heritage Convention in Africa**. Paris: Unesco, 2012. 130 p. (World Heritage Papers Series - 33).
- SAQUET, Marcos Aurélio; GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto. A valorização territorial e multidimensional do patrimônio de Francisco Beltrão (PR). **Campo-território: Revista de geografia agrária**, S.I, v. 4, n. 8, p.98-120, ago. 2009.
- SCIFONI, Simone. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 14, n.1, pp., jun. 2003.
- SHARP, Joanne. Geopolitics at the margins? Reconsidering genealogies of critical geopolitics. **Political Geography**, v.37, n.1, p.20-29, nov. 2013.
- SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 225 p.
- SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Gestar e gerir: Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 11-22.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.
- TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares. **Comunidades imaginadas: nações e nacionalismos em África**. Lisboa: Universidade de Coimbra, 2008. 237 p.
- VESCHAMBRE, Vincent. Patrimoine: Un objet révélateur des évolutions de la géographie et de sa place dans les sciences sociales. **Annales de Géographie**, Paris, v. 656, n. 4, p.361-381, out. 2007.
- ZAMPARONI, Valdemir. O colonialismo e a criação de raças e identidades em Lourenço Marques, Moçambique. In: SANSONE, Lívio(org.) **Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades**. EDUFBA, Salvador, 2012, pp: 147-176

As opiniões e conceitos emitidos neste trabalho são de inteira responsabilidade de seu autor, não refletindo, necessariamente, o pensamento do Centro Lucio Costa/CLC-IPHAN, Centro de Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO.

É permitida a reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

Como citar:

MELO FILHO, Dirceu Cadena de. Geografia e Patrimônio: a geopolítica dos países africanos de língua oficial portuguesa. Rio de Janeiro: Centro Lucio Costa-CLC, 2017. 1ª Chamada de Pesquisas.